

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

Larissa Teixeira Pires

“Uma comissão de coragem”:

Etnografando intervenções e mediações da Comissão Permanente de Diversidade e
Gênero do Colégio de Aplicação UFSC (2022-2023)

FLORIANÓPOLIS/SC
2023

Larissa Teixeira Pires

“Uma comissão de coragem”:

Etnografando intervenções e mediações da Comissão Permanente de Diversidade e Gênero do Colégio de Aplicação UFSC (2022-2023)

Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Ciências Sociais do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito para a obtenção do título de Licenciada em Ciências Sociais.

Orientadora: Profa. Dra. Flavia Medeiros.

Florianópolis
2023

Ficha de identificação da obra elaborada pela autora, através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Pires, Larissa Teixeira

“Uma comissão de coragem”: Etnografando intervenções e mediações da Comissão Permanente de Diversidade e Gênero do Colégio de Aplicação UFSC (2022-2023) / Larissa Teixeira Pires ; orientadora, Flavia Medeiros Santos, 2023.

78 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Graduação em Ciências Sociais, Florianópolis, 2023.

Inclui referências.

1. Ciências Sociais. 2. Etnografia. 3. Gênero. 4. Conflito. 5. Colégio de Aplicação UFSC. I. Santos, Flavia Medeiros. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Graduação em Ciências Sociais. III. Título.

Larissa Teixeira Pires

“Uma comissão de coragem”:

Etnografando intervenções e mediações da Comissão Permanente de
Diversidade e Gênero do Colégio de Aplicação UFSC (2022-2023)

Este Trabalho Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do
Título de Licenciada e aprovado em sua forma final pelo Curso de Graduação
em Ciências Sociais

Florianópolis, 14 de setembro de 2023



Documento assinado digitalmente
Rodrigo da Rosa Bordignon
Data: 19/09/2023 13:24:06-0300
CPF: ***.833.810-**
Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

Prof. Rodrigo da Rosa Bordignon, Dr.
Coordenador do Curso

Banca Examinadora:



Documento assinado digitalmente
Flavia Medeiros Santos
Data: 20/09/2023 14:28:34-0300
CPF: ***.857.767-**
Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

Prof.^a Flavia Medeiros Santos, Dra.

Orientadora

UFSC



Documento assinado digitalmente
Alexandra Eliza Vieira Alencar
Data: 19/09/2023 10:08:40-0300
CPF: ***.867.339-**
Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

Prof.^a Alexandra Eliza Vieira Alencar, Dra.

UFSC



Documento assinado digitalmente
MARCOS ALEXANDRE VERISSIMO DA SILVA
Data: 20/09/2023 16:56:36-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Marcos Alexandre Veríssimo, Dr.

INCT-InEAC/UFF

Agradecimentos

Minha graduação e Trabalho de Conclusão de Licenciatura só aconteceram com o apoio e participação de muitas pessoas durante o processo. Não ando nem construo só. Sinto e sou afetada por todes que estiveram comigo durante essa trajetória, e a quem fico feliz em agradecer.

Primeiro agradeço a toda minha família, em especial meus pais Rosa e Gelson, por sempre me apoiarem emocional e materialmente a estudar e ir atrás dos meus sonhos, mesmo quando minhas escolhas não eram as que eles queriam. Obrigada pela criação afetuosa e presente. Agradeço também a minha tia Patrícia pelos conselhos e escuta carinhosa; por, mesmo longe, me incentivar nos momentos de crise e insegurança; por acreditar que sou capaz.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ), pelo financiamento das bolsas de PIBID e PIBIC que tive o prazer de participar durante minha graduação. Ambas com certeza foram as experiências que mais transformaram minha trajetória universitária de maneira positiva, mudando a minha visão sobre universidade e a profissão que escolhi seguir.

Aos amigos de longa data Beatriz Vitorino, Guilherme Laus, Gabriela Moraes, Edgar Guerreiro, Luiza Kittel, Felipe Valente, obrigada pelo apoio, risadas, longos debates sempre, e por se fazerem presentes há tantos anos.

Aos colegas e amigos que fiz durante a graduação, obrigada pelas trocas e conversas nos intervalos das aulas, na lanchonete do CFH, no bosque, nas festas do curso, no espaço do centro acadêmico, entre tantos outros lugares. Aprendi tanto nesses espaços quanto nos inúmeros textos que lemos durante o curso.

Aos amigos que conheci nas Ciências Sociais e que me acompanham desde o primeiro semestre na UFSC: Nicolás Roberto, obrigada pela amizade, pela sensibilidade nas partilhas, pelo aprendizado conjunto e constante, pelas risadas e pelos sonhos que dividimos juntos, por ser um porto seguro quando batem as incertezas; e Anderson Gabriel, meu amigo e dupla de PIBID, de estágio, e de incontáveis tardes de estudo e escrita na B.U; ter sua companhia durante todo esse tempo e principalmente no retorno das aulas pós pandemia foi um afago, que bom ter alguém na mesma situação que eu para poder compartilhar as delícias e o caos de final de curso.

Às colegas do grupo de orientação e ao pessoal do Ebó Epistêmico, por se tornarem redes acolhedoras e afetuosas de troca de conhecimento, em especial àquelas que na reta final desse TCL disponibilizaram seu tempo para ler, revisar e até debater teoricamente questões deste trabalho. É muito reconfortante saber que posso contar com vocês na trajetória do fazer acadêmico.

Às integrantes da Comissão Permanente de Diversidade e Gênero e por me receber tão bem desde o primeiro dia em campo, por ouvirem minhas opiniões e sugestões e levá-las em consideração. Por ousarem construir um novo mundo. E também a todos estudantes do Colégio de Aplicação UFSC.

À minha orientadora, professora Flavia Medeiros, primeiro por me aceitar como bolsista PIBIC, transformando drasticamente meu último ano de graduação e as perspectivas que agora tenho para o futuro. Obrigada por possibilitar tantas oportunidades, por mostrar não só na teoria como na prática que o conhecimento impessoal e neutro é de um mundo falido, por proporcionar um espaço acadêmico mais horizontal e comprometido com a mudança; por ser uma pessoa tão compreensiva, por desde o início me apoiar e acreditar no potencial dessa pesquisa, e a quem nutro profunda admiração.

Agradeço de todo o meu coração às pessoas que mais se fizeram presentes no meu último ano de graduação e de realização desse TCL: Amanda Gabinio, Katharine Trajano e Luiz Antonio Brasil. Amanda, obrigada por aceitar o convite para dividir o lar comigo e escolher permanecer, obrigada pela escuta, apoio, pelo ombro amigo, por ouvir tantos desabafos e por confiar em mim para ouvir os seus. Katharine, obrigada pela companhia nos dias de estudos e nas noites de rolês, pelas risadas e também leitura atenta do projeto e do texto desse TCL, pelas discussões conceituais, recomendações de leitura, por me fazer colocar o pé no chão quando necessário e principalmente por todo o incentivo acadêmico e profissional que você tem oferecido desde que veio morar conosco, eu te admiro muito. Luiz, meu amor, companheiro e amigo, muitíssimo obrigada por tudo, por estar ao meu lado durante a maior parte dessa trajetória de graduação e principalmente por toda a ajuda, carinho e suporte durante a realização deste trabalho final. Você enche meus dias de alegria e da leveza de um amor tranquilo. Que sorte a minha dividir a vida com vocês.

“A escola não é uma ilha. Embora saibamos que historicamente tem cumprido principalmente o papel de reprodutora de uma visão naturalizada das relações sociais, notamos que os debates que atravessam a sociedade brasileira também podem se sentir nas salas de aula. Há um saudável incômodo de educadores/as, gestores/as das políticas públicas e do ativismo em trazer para o cotidiano escolar a reflexão dos direitos humanos em uma perspectiva ampla. Está em curso, portanto, a produção incessante de contradiscursos, e a escola, de múltiplas formas, está inserida nessa disputa” (BENTO, 2011, p. 558).

RESUMO

O presente trabalho é uma etnografia da “Comissão Permanente de Diversidade e Gênero” (CPDG) do Colégio de Aplicação (CA) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Nele, busco analisar quais são as práticas e medidas tomadas pelo C.A. acerca das relações de gênero, conflitos e violências em torno deste que ocorrem e são mediados pela CPDG. Nesse sentido, retomo meu diário de campo e observação participante realizadas no primeiro semestre de 2023. A Comissão foi criada em 2022 e tem o intuito de implementar uma política de garantia de direitos, acolhimento, prevenção e combate às violências de gênero no CA. No momento do estudo, ela era composta por professoras, enfermeira, psicólogo e assistente social da escola, tendo reuniões semanalmente. Em campo observei que o que começou com a reivindicação do nome social por parte de discentes trans, desencadeou em políticas institucionais antidiscriminação que incluem os marcadores sociais da diferença, como gênero, raça, classe e capacidade. Dentre os resultados, destaco algumas resistências por parte da equipe escolar, as tensões existentes entre a aprovação/implementação das medidas debatidas, o receio com a recepção das famílias e a disponibilidade de tempo pelas integrantes. Saliento que essa é uma análise das ações iniciais da CPDG e que os esforços maiores têm sido, até aqui, repensar a estrutura da instituição, procedimentos burocráticos e formativos, assim como as normas vigentes. É sobre eles que se busca, a longo prazo, cultivar práticas mais inclusivas e integrativas neste espaço.

Palavras-chave: Etnografia em escola; Relações de gênero; Mediação de conflitos; Colégio de Aplicação.

LISTA DE FIGURAS

Figuras 1 e 2: Pilares do Colégio de Aplicação, contendo manifestações artísticas.....	28
Figura 3: Tapume coberto com imagens do Clube de Xadrez do Colégio de Aplicação.....	29
Figura 4: Foto que apresenta dois cartazes: “UFSC Antinazista e antiracista” (esquerda) e “O que é capacitismo?” (direita).....	30
Figuras 5, 6, 7 e 8: Cartazes de divulgação do Papo de Mulher, Papo de Homem e Papo Juntas.....	41
Figura 9: Planta do Colégio de Aplicação UFSC.....	49
Figura 10: Bandeira LGBTQIA+ na exposição do Concurso da Logo.....	52
Figura 11: Estudantes olhando a exposição.....	53
Figura 12: Cartaz de divulgação do Concurso da Logo e explicação da CPDG.....	53

SUMÁRIO

Introdução.....	11
1. O Colégio de Aplicação UFSC e eu	17
1.1. <i>“Não somos uma escola de bairro, estamos na universidade”.....</i>	<i>25</i>
1.2. O contexto educacional	31
2. <i>“Tudo começa no banheiro e no nome social”.....</i>	38
2.1.1. A Pesquisa de Campo de Estágio: Papo de Mulher, Papo de Homem, e Papo Juntas.....	38
2.1.2. Do Grupo de Trabalho à Comissão Permanente.....	42
2.2.A Comissão Permanente de Diversidade e Gênero.....	45
2.2.1 A Pesquisa.....	47
2.2.2 As Ações.....	51
3. Conflitos em campo	58
3.1 <i>“Vale a pena entrar em conflito com a família?”.....</i>	<i>59</i>
3.2. <i>“Se eu for, levo uma arma junto”.....</i>	<i>63</i>
Considerações finais.....	67
Referências bibliográficas.....	70
Anexos.....	75

Introdução

Apresento aqui uma pesquisa de Trabalho de Conclusão de Licenciatura (TCL) em Ciências Sociais, cujo trabalho de campo realizei enquanto bolsista de Iniciação Científica (PIBIC/CNPq)¹ do projeto “Desigualdades, conflitos e moralidades em perspectiva etnográfica” (2022/2023), orientado pela professora Flavia Medeiros². Ela é também um desdobramento do que realizei e aprendi na Pesquisa de Campo de Estágio que ocorreu em dupla durante a disciplina de Estágio Supervisionado em Ciências Sociais I, em 2022.³

A princípio, as estudantes da turma de Estágio foram incentivadas a investigar o Colégio de Aplicação (CA), escola dentro da UFSC onde foi realizado o estágio, buscando realizar uma pesquisa que contemplasse uma análise do meio sócio-cultural no qual estavam inseridas as educandas, professoras, a escola e o espaço escolar. Compreendendo o estágio como uma “atitude investigativa, que envolve a reflexão e a intervenção na vida da escola, dos professores, dos alunos e da sociedade.” (PIMENTA; LIMA, 2004, p. 35)

O ano em que realizei o estágio foi 2022, e mesmo com a Reforma do Ensino Médio ainda existe a disciplina de Sociologia (dois períodos de aula por semana!) na grade curricular do nono ano do Ensino Fundamental e das três séries do Ensino Médio do Colégio de Aplicação. Essa Reforma prevê a flexibilização da grade curricular por meio da oferta de uma base comum curricular e itinerários formativos, retirando a obrigatoriedade da Sociologia e tantas outras disciplinas do currículo.⁴

Foi nesse contexto que minha dupla e eu realizamos entrevistas semi-estruturadas com quatro professoras/es que construíram o projeto “Papo de Mulher”, “Papo de Homem”, e “Papo Juntas”, rodas de conversa do Colégio de Aplicação que surgiram a partir de denúncias de assédio durante a pandemia de

¹ O presente trabalho foi realizado com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq – Brasil

² Professora do departamento de Antropologia e do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

³ Orientado pelo professor Antonio Alberto Brunetta e supervisionado pela professora Thereza Cristina Viana, explicarei mais sobre como se deu o Estágio e sua Pesquisa de Campo no capítulo 2.

⁴ As consequências da retirada da Sociologia como disciplina obrigatória do Ensino Médio e todo o processo de implementação dessa reforma educacional neoliberal é um longo campo de relevantes discussões as quais não conseguirei abarcar nesse Trabalho de Conclusão, portanto para compreender este cenário, recomendo a leitura da monografia de Gabrielle Gonçalves Meireles intitulada “O trabalho docente com a Sociologia na escola: dilemas em face do Novo Ensino Médio e da BNCC” e o artigo de Wallace Ferreira e Diego Santana “A reforma do ensino médio e o ensino de sociologia.”

Covid-19 e debatiam diversos tópicos sempre com a centralidade da temática de gênero e sexualidades.

Escolhi pesquisar sobre gênero e educação primeiramente na Pesquisa de Campo de Estágio e depois em meu TCL porque quando realizei o Estágio Supervisionado em Ciências Sociais na disciplina de Sociologia no 2º ano do Ensino Médio do CA, tivemos aulas e debates semanais orquestrados pela professora de sociologia de uma maneira que complexificava temas como: movimento feminista e binarismo de gênero; masculinidade tóxica e seus efeitos; orientação sexual e a heteronormatividade; identidade de gênero e transfobia; e os impactos do determinismo biológico nas relações de gênero.

Me surpreendi positivamente com a dinâmica, o conteúdo e a sensibilidade da professora em ministrar esses temas com as estudantes, de forma que em diversas situações as aulas me tocavam em locais sensíveis onde eu pensava que gostaria muito de ter tido essas aulas quando eu também era uma adolescente no ensino médio. Mais tarde, realizando o campo desta pesquisa, estudantes comentaram que só veem as discussões de gênero nas aulas de sociologia e que queriam ver também em outros lugares. Desenvolverei mais sobre as impressões das estudantes no capítulo dois.

Os temas das aulas, a participação e repercussão que havia nas/os/us estudantes me levaram a ver o Colégio de Aplicação como um universo onde as questões dos estudos de gênero pareciam bem-vindas ou pelo menos não eram repreendidas como poderia se imaginar no contexto político, social e geográfico de uma escola no estado de Santa Catarina (SC), e na época sob a presidência de Jair Messias Bolsonaro (2018-2022). Este, teve sua candidatura apoiada numa agenda de valores extremamente conservadores, sendo abertamente contrário às discussões e políticas sobre diversidade, LGBTQIA+fobia, racismo e misoginia. Isto é, o ex-presidente se apoiava em práticas e discursos que legitimaram os mais variados tipos de violências contra esses grupos.

O que culminou de fato em um contexto de conservadorismo e de políticas anti gênero em solo nacional e especialmente catarinense (considerando que Bolsonaro, teve quase 70% de votos válidos em Santa Catarina no segundo turno das eleições de 2022, em Florianópolis esse número foi menos expressivo, pouco mais de 53%).

Mesmo com o debate sobre diversidade, sexualidade e gênero, também percebo e ressalto as limitações de tempo histórico da liberdade para a discussão dessas questões, vide a repercussão dos ataques conservadores do Movimento Escola sem Partido em todo país e que ainda que de outras formas, também reflete no C.A.; quando li os relatórios das estagiárias dos outros anos, reparei que antigamente quem ministrava as aulas sobre gênero eram as próprias estagiárias, contudo, esse foi o primeiro ano que foi Thereza, professora efetiva e desde 2011 no colégio, quem deu esse tema. Ela explicou que isso ocorreu justamente para proteger as estagiárias da possibilidade de perseguições (de familiares ou líderes conservadores locais) que poderiam acontecer às estagiárias no atual contexto de medo e reacionarismo.

Inicialmente, esta pesquisa pretendia falar sobre os espaços de socialização e conhecimento que englobassem temas como gênero e sexualidade no Colégio de Aplicação (C.A.)⁵. A turma que acompanhei enquanto estagiária era muito participativa e interessada nas discussões de gênero, mas como todas as turmas, elas se formam, vão embora e a escola continua, por isso me interessei em pesquisar de que modo essas questões surgiam e eram administradas institucionalmente pela coordenação do colégio.

Através de uma amiga que na mesma época fez o estágio do curso de Psicologia no CA, descobri que assuntos como família, casamento, maternidade, amor e ciúmes foram debatidos nas rodas de conversas e em projetos de acolhimento e recepção que aconteceram em 2022⁶, cujos temas foram escolhidos pelas estudantes das turmas do primeiro ano do Ensino Médio e conduzidos pelo psicólogo escolar Carlos junto com outros profissionais, como professores, enfermeira, entre outros.

Era sobre esses espaços que eu imaginava pesquisar por meio de grupos focais. Em fevereiro de 2023 entrei em contato com o psicólogo da escola para saber se poderia participar dessas atividades para meu TCL e ele me explicou que essas eram ações mais pontuais e com muitas variáveis para acontecer ou não, como disponibilidade de aulas cedidas por professores e demanda das estudantes.

⁵ Durante o texto, me refiro ao Colégio de Aplicação da UFSC também como C.A.

⁶ Já no ano de 2023, partindo de uma demanda proposta das estudantes e dialogando com os temas das disciplinas envolvidas, o projeto de acolhimento e recepção se chama “Atividades educativas interdisciplinares: identidade, violência e saúde mental” e junto com as professoras de Sociologia, Geografia e Literatura dos primeiros anos do Ensino Médio, são realizadas conversas mensais em uma dessas aulas.

Portanto, me convidou a ir no dia seguinte na primeira reunião do ano da Comissão Permanente de Diversidade e Gênero, que lá meus interesses de pesquisa seriam melhor atendidos. Esse era um espaço recente, porém contínuo de debate e construção de uma agenda de garantia de direitos, acolhimento, prevenção e enfrentamento às violências nas relações de gênero no CA.

Aceitei o convite, participei e mais tarde decidi que seria o objeto de pesquisa do presente trabalho. Em reuniões de orientação da iniciação científica, pensando no tema e objetivos de pesquisa que pudessem convergir com a área de minha bolsa PIBIC, tendo em vista que o projeto de pesquisa envolve desigualdades, conflitos e moralidades, estava um pouco perdida ainda sobre como relacionar análise de conflitos. Foi minha orientadora Flavia quem sugeriu trazer a perspectiva da criação da comissão como um projeto e posicionamento da escola em lidar de forma propositiva com conflitos na sua administração, configurando a comissão como instrumento no combate à violência de gênero, enfatizando a importância e densidade que uma etnografia possui.

Em conversas informais com a professora de Sociologia após algumas reuniões, ela me disse que “*a pesquisa tem vida própria, é necessário saber deixar a pesquisa te conduzir*”; foi também a partir dessas compreensões que trilhei essa escolha de pesquisa.

Por compreender que o que vi, vivi e senti enquanto estagiária no ano anterior “não são apenas dados coletados, mas questionamentos, fonte de renovação” (PEIRANO, 2014, p. 380) e que minha subjetividade e experiência pessoal não podem ser eliminadas do trabalho etnográfico, mas na realidade estão plantadas nos fatos etnográficos que são selecionados e interpretados (PEIRANO, 2008, p. 3,4 apud URIARTE, 2012, p. 2). Decidi realizar uma etnografia tendo como ferramenta o diário de campo a partir da observação participante das reuniões semanais de organização da Comissão Permanente de Diversidade e Gênero (CPDG) do CA, divididas em reuniões de *Ações da Comissão e Pesquisa*; das reuniões quinzenais com as bolsistas PIBIC/EM do projeto vinculado à comissão e também participando do grupo de Whatsapp da Comissão.

O aspecto inovador desta pesquisa se dá inicialmente pelo fato de que por ser uma comissão nova, ainda não há pesquisas a seu respeito, ainda que muitos diálogos possam existir com etnografias em escolas e violências escolares; além do mais, a Comissão Permanente de Diversidade e Gênero tem um papel de

vanguarda no âmbito das políticas públicas educacionais brasileiras por se propor a ser uma comissão a médio e longo prazo e compondo de forma contínua a política do C.A. de combate a violência de gênero e lgbtfobia, e não ações pontuais esporádicas. Como disse a professora de Artes em uma reunião “*somos uma comissão de coragem, de inovação*”; por tal razão, escolhi essa fala como título do meu trabalho.

O debate de gênero e escola não é raro no campo da pesquisa acadêmica, há pesquisadoras referências nacionais na UFSC com as quais esse trabalho dialoga, como as pesquisas de Miriam Grossi e Tânia Welter (2019) que analisam a implementação de projetos de extensão, de iniciação científica no Ensino Médio, de iniciação à docência na graduação, e formações em gênero, sexualidade e diversidades em escolas de Santa Catarina. O contexto em que essas atividades foram desenvolvidas (2007-2015) é radicalmente diferente do que vemos atualmente. Isso será mais aprofundado no Capítulo 1.

Descrevo no primeiro capítulo como cheguei no Colégio de Aplicação, bem como dialogo com produções que fundamentam e demarcam o que esta pesquisa compreende enquanto gênero, tomando como referência as obras de Louro (1997), Wolff e Saldanha (2015) e Bento (2011).

No segundo capítulo descrevo atividades que mais tarde resultaram na criação da Comissão Permanente de Diversidade e Gênero. Também mostro como se dividia e funcionava a CPDG no tempo em que realizei o campo, como se deram os debates internos, compreendendo a escola enquanto arena de conflitos e espaço de encontro da diferença, juntamente às questões de gênero e educação catarinense abordadas por Welter e Grossi (2018), em conjunto com o conceito de heteroterrorismo de Bento (2011) também utilizado por Santos, Vieira e Silva (2021).

Utilizei os textos “A análise situacional e o método de estudo de caso detalhado”, de Jaap Van Velsen, e “A escola de manchester e a análise da situação social: um experimento de “estudo detalhado de caso” na parada da diversidade sexual de Cuiabá de 2013”, de Moisés Lopes, junto à análise de meu diário de campo no terceiro e último capítulo. Trouxe casos que vivenciei em campo para basear minha perspectiva analítica a respeito do aparecimento de conflitos morais, no que se refere às discussões de gênero, e como são administrados no ambiente escolar. Para isso, me aprofundei em duas situações que me chamaram atenção:

uma sobre o direito ao nome social para estudantes menores de idade e a discussão a respeito do papel moral da família; e uma sobre um caso de “piada”.

Os nomes de todas as estudantes da escola e das integrantes da Comissão Permanente de Diversidade e Gênero foram alterados para nomes fictícios para mantê-las em anonimato. Neste trabalho, utilizo os pronomes femininos para me referir a “pessoas” de forma genérica e “os/es” de forma intencional. Com isso, não quero reduzir o gênero ao binário, nem feminizar ninguém que não o deseja, muito menos desejo inviabilizar as infinitas possibilidades de nomear as pessoas de gêneros não binários. Me inspiro no que Brigitte Vasallo (2022) desenvolve na introdução de seu livro quando explica sua escolha em escrever o livro no feminino.

Ela justifica que o debate sobre o masculino como gênero neutro pertence a um mundo falido, sem futuro possível. “Se é masculino, não é neutro: é masculino”. Ela aponta que o fato de ter sido usado como genérico há séculos não é por conta de um acordo linguístico, mas pelo motivo de que o mundo sobre o qual as histórias eram contadas era masculino, literalmente. Entretanto, “se esse mundo não existe mais, não podemos continuar a narrá-lo como se existisse”. Por isso, reconheço que escrever esse trabalho no feminino não acabará com as desigualdades nem com o binarismo de gênero, mas, como a autora expõe, coloca o foco na questão e confirma que o problema não está resolvido.

1. O Colégio e eu

Cresci na Coloninha, bairro da região continental de Florianópolis, capital de Santa Catarina. Saí de Porto Alegre, capital gaúcha onde nasci, e vim com meus pais aos seis anos de idade. A cidade já não é muito grande e, mesmo assim, lembro que foi apenas no último ano do ensino fundamental que comecei a sair do bairro onde morava para adentrar à Ilha de Florianópolis. Antes disso eu pouco frequentava esse espaço, exceto no verão quando ia para as praias da ilha com a família. Foi com 13/14 anos, quando conheci e participei de encontros de fãs de sagas literárias⁷, que comecei a sair mais de casa e explorar a cidade, a *cruzar a ponte* rumo à Ilha, a conhecer outros adolescentes de bairros, realidades e escolas diferentes da minha, uma escola católica onde estudei durante todo o ensino fundamental.

Foi nesse contexto de convívio com jovens que compartilhavam outras redes de sociabilidade (livros e filmes que nos interessavam) que ouvi falar pela primeira vez do Colégio de Aplicação. Na época, minha visão sobre aquelas estudantes era de muito engajamento e liberdade, que, no fundo eu admirava e me inspirava. Eu, que até pouco tempo só conhecia outros jovens da mesma escola que tinha estudado até então, aos poucos fui também explorando com entusiasmo a cidade, amizades e outras possibilidades de juventudes que divergiam daquelas que eu conhecia até então.

Não eram todas as estudantes do C.A. que participavam desse grupo de fãs, e nem todas que participavam desse grupo estudavam no CA, mas foi esse primeiro contato nichado de um perfil específico de algumas estudantes envolvidas artística e politicamente (construíam e falavam sobre o grêmio estudantil) dessa escola que conheci, que formaram a primeira imagem que tive a respeito do Colégio de Aplicação UFSC.

Quase 10 anos depois, em 2022, realizei o Estágio Supervisionado em Ciências Sociais no Colégio de Aplicação. Essa disciplina obrigatória compõe a grade curricular do curso de Licenciatura em Ciências Sociais da UFSC e, com

⁷ Eram encontros de fãs de livros de aventura infanto-juvenis que estavam em alta na época: Jogos Vorazes, Percy Jackson, Harry Potter, Divergente, entre outros. Esses eventos eram organizados por adolescentes em diversas capitais do país e funcionavam não só para conhecer outros fãs como para irem juntos assistir estreias de adaptações dos livros em filmes e lançamento de novos livros.

Estágio Supervisionado II e TCL, são as disciplinas com maior carga horária da graduação, tendo 252 horas cada.

Não é obrigatório que o Estágio Supervisionado seja no Colégio de Aplicação (CA), contudo, isto ocorre devido ao contato e boa relação dos professores da disciplina, Antonio Alberto Brunetta e Nise Maria Tavares Jinkings⁸, com as duas professoras supervisoras de Sociologia do Colégio de Aplicação: Thereza Cristina Viana e Marivone Piana. Eles já se conhecem e trabalham juntos no processo educativo de formação docente há mais de dez anos.

Lembro que quando realizei o estágio, no primeiro semestre de aulas presenciais pós-pandemia do coronavírus, quando fizemos o *Aplicatour* - apresentação do espaço escolar do Colégio de Aplicação e das professoras para todas as estudantes da turma de estágio - tivemos uma conversa inicial no Laboratório de Sociologia e Filosofia sobre a dinâmica das aulas que se dariam durante o ano. Lá, a felicidade e o carinho pelo reencontro presencial era visível, ainda que estivéssemos todas de máscaras. Como a porta da sala estava aberta e nossas vozes ecoavam pelo corredor, todas as servidoras que passavam pela sala e viam (ou ouviam) que o professor Brunetta estava lá, paravam para cumprimentar, e ele prontamente se levantava de sua cadeira para dar um abraço emocionado nos conhecidos da comunidade escolar que não via desde antes da pandemia do Covid-19.

Esse relato do meu primeiro dia no Colégio de Aplicação pós-pandemia vem de antes mesmo de eu decidir meu tema de TCL e mais ainda antes de “começar” meu campo, o que corrobora a ideia da antropóloga Mariza Peirano (2014) de que não existe momento certo para começar nem acabar a etnografia.

A ideia de “método etnográfico” é complexa. (...) a pesquisa de campo não tem momento certo para começar e acabar. Esses momentos são arbitrários por definição e dependem (...) da potencialidade de estranhamento, do insólito da experiência, da necessidade de examinar por que alguns eventos, vividos ou observados, nos surpreendem. E é assim que nos tornamos agentes na etnografia, não apenas como investigadores, mas nativos/etnógrafos. (PEIRANO, 2014, p.379)

É um posicionamento político compreender e anualmente reiterar o objetivo pelo qual, de acordo com o Projeto Político Pedagógico, o C.A. foi criado: servir de campo de estágio destinado à prática docente, com foco em inovações pedagógicas

⁸ Todos os anos são ofertadas 20 vagas na disciplina de Estágio Supervisionado, 10 vagas no período matutino com o professor Brunetta e 10 vagas no período noturno com a professora Nise.

e na formação docente inicial e continuada, por meio do desenvolvimento de experiências pedagógicas diversas e estágios supervisionados para os cursos de Licenciatura e Educação, segundo as exigências da Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996 (LDB).

Diversas foram às vezes em que a professora Thereza frisou a importância das estagiárias de realizarem sua prática docente no C.A. - para ela, é uma importante contribuição que muitas das estagiárias conseguem trazer para a aula porque com frequência temos idades mais próximas às das estudantes e, conseqüentemente, mais familiaridade com alguns assuntos de seu interesse.

Mesmo assim, não são raros os comentários de alguns colegas de curso que preferem realizar o estágio em outras escolas, pois partem de uma visão onde querem “se preparar para a chão de sala” e, para eles, “o C.A é a exceção, não é a realidade da maioria das escolas”. Anderson, minha dupla de estágio⁹, foi também minha dupla de PIBID¹⁰, e nessa primeira experiência de docência alguns anos antes, demoramos quase seis meses só para conseguir entrar na escola, principalmente por conta da dificuldade com as burocracias internas, com a coordenação e o acesso a uma escola tão grande e segmentada como é o Instituto Estadual de Educação (IEE), considerado a maior escola pública da América Latina (em relação à quantidade de estudantes e estrutura física). Este cenário é bem diferente da proximidade que acabei de narrar que os professores Nise e Brunetta possuem com o CA.

A oportunidade de estagiar em uma escola dentro da UFSC, com a facilidade de comunicação que existe e o acolhimento das professoras Marivone e Thereza, foi um fator fundamental para a escolha do Aplicação por minha dupla e eu. Aqui entra a especificidade da antropologia em relação às demais Ciências Sociais: ao escolher o Colégio de Aplicação para realizar o estágio supervisionado e posteriormente para realizar minha pesquisa de conclusão de licenciatura, busquei, dessa forma através de meu olhar antropológico, analisar o Colégio de Aplicação no contexto de uma realidade empírica, ainda que possua suas particularidades por ser uma escola federal, continua sendo uma escola real que também vive suas dificuldades e contradições.

⁹ Durante o período de 2 semestres de estágio supervisionado, tanto na observação quanto na regência, minha dupla foi meu amigo e colega Anderson Gabriel Cordeiro.

¹⁰ Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência, administrado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)

As disciplinas de Estágio Supervisionado em Ciências Sociais I e II que cursei foram orientadas pelo professor Antonio Alberto Brunetta, professor do departamento de Metodologia de Ensino (MEN), do Centro de Ciências da Educação (CED) da UFSC, e supervisionadas pela professora Thereza Cristina Viana, professora de Sociologia da educação básica do Colégio de Aplicação (CA). A turma de 2022 foi a primeira turma com aulas totalmente presenciais das estudantes e estagiárias após o isolamento social e ensino remoto recorrentes da pandemia do Covid 19, por isso, o calendário da UFSC e do C.A. ainda não estavam completamente alinhados, visto que o semestre letivo da UFSC de 2021.2 terminou em março e o semestre de 2022.1 começou em abril, e por isso entramos apenas no fim do primeiro trimestre escolar.

Ainda que eu estivesse empolgada, eu também sabia que não deveria nutrir (ou pelo menos diminuir) tantas expectativas de como seriam as estudantes e a experiência de estágio pautadas na minha visão de como eram as estudantes deste mesmo colégio que conheci anos atrás. Certa vez, o professor da disciplina de estágio Brunetta falou em aula sobre “diminuir expectativas para aumentar possibilidades”. Entendi que eu não deveria entrar em aula como estagiária esperando essas posturas, mas que era para eu conhecer a turma, suas formas de estar e ser. Felizmente, me surpreendi positivamente: a turma era ainda mais acolhedora e participativa na disciplina de Sociologia do que eu poderia imaginar. No meu diário de campo em 15 de setembro de 2022, escrevi:

Chegando pela manhã no C.A encontrei Luciano, um dos estudantes da turma que acompanho enquanto subia a escada de entrada, ele costuma sentar em um canto da sala e foram poucas as vezes que ouvi sua voz, fiquei surpresa quando ele perguntou se eu estava ansiosa para começar a regência e eu disse que ainda que fosse o Anderson quem mais ia falar, eu estava um pouco nervosa sim, fiquei ainda mais surpresa e com o coração quente e acalmado quando Luciano responde que não tinha porque eu ficar ansiosa, que a turma 2B é a turma que mais gosta das aulas de sociologia. Entrei na sala de aula me sentindo acolhida e confortável naquele espaço. (diário de campo, 15 de setembro de 2022)

Talvez tenha sido coincidência ou o *acaso* - essa condição permissível de "irracionalidade" que enriquece e, ao mesmo tempo dá a dimensão humana fundamental à compreensão dos fenômenos sociológicos (PEIRANO, 1992, p.19) - que quando fui estagiária de Sociologia na turma 2B, fiquei na turma “que mais gosta das aulas de sociologia”, pois afinal tinha uma quantidade considerável de estudantes participativas e interessadas nas aulas de Sociologia, muitos assumidamente LGBTQIA+ que traziam ótimas contribuições no debate sobre

gênero, patriarcado e LGBTQIA+fobia, inclusive esclarecendo dúvidas de outros colegas durante a aula e trazendo questões que eu não via debate semelhante acontecer na graduação¹¹. A turma não era homogênea, nunca é, e como em qualquer sala de aula, havia também alunas desinteressadas ou mais alheias a essas temáticas.

As aulas do segundo trimestre escolar de 2022 eram “aulas faixa” (2 aulas seguidas) onde na primeira, a professora Thereza explicava o conteúdo, enquanto na segunda aula um grupo de estudantes era responsável pelo debate, trazendo perguntas previamente elaboradas para que os colegas respondessem e exercitassem a fala e a escuta, assim, guiando a discussão. No dia 30 de junho de 2022 foi realizado o quinto e último debate do trimestre na aula de Sociologia da turma 2B, cujo tema foi “Os impactos do determinismo biológico nas relações de gênero”. Durante essa aula, algumas discentes apresentaram algumas dúvidas e confusões acerca de conceitos como *identidade de gênero* e *sexualidade*. No fim, perguntaram principalmente às/es/os colegas – que responderam a maioria das perguntas, pois no debate a professora tinha o mesmo tempo de fala que qualquer estudante – coisas como “mas um homem gay pode se apaixonar por uma mulher?” “então uma pessoa trans pode ser hétero?” sinalizando não só algumas confusões, como a vontade reflexiva de entender o que estava sendo exposto.

O sinal indicando o fim da aula tocou no momento em que respondíamos à pergunta: “*você se sente, ou já se sentiu afetado pela heterocisnormatividade?*”. Enquanto parte da turma saía para outra sala de aula, parados na porta de saída da sala, um grupo pequeno de pessoas continuou a discussão sobre a última pergunta:

Uma conversa continuou por um tempinho com um grupo agora menor de pessoas: Anderson e eu, a professora Thereza, e mais 3 ou 4 estudantes que eram justamente aqueles que mais contribuíram na aula. Em uma conversa agora mais informal, dois desses estudantes comentaram que são pessoas não binárias; conversamos sobre orientações sexuais e como muitas vezes, afim de simplificar o tema, caíamos em binarismos, mas que o debate vai muito além, por exemplo, quando os colegas perguntavam se um homem trans se relacionasse com outro homem (cis), o que ele seria. Prontamente, afim de ser mais “didático”, se respondeu, para a turma toda em aula, que ele é um homem gay, mas também existe a possibilidade de

¹¹ Porque não existem disciplinas *obrigatórias* sobre gênero no currículo do curso de Ciências Sociais da UFSC, de forma que pudéssemos nos prolongar nesses assuntos, estes só aparecem dependendo do interesse (ou não) dos professores em trazer essas temáticas relacionando com a bibliografia básica, ou em disciplinas optativas. Na licenciatura são exigidas trinta e três (33) disciplinas obrigatórias e três (3) disciplinas optativas.

ele ser um homem bissexual. Continuando esse tópico, conversamos sobre como as orientações sexuais englobam as pessoas não binárias, e afinal, o que era negar essa binariedade. (diário de campo, 30 de junho de 2022)

Um deles explicou que sua reivindicação era uma negação à imposição de gênero, concluindo que “o futuro é não binário”, mas justamente por saber que atualmente as pessoas não vão entender isso, ele teve que mudar seu nome para o masculino e reivindicar aspectos masculinos não porque ele *quer* o masculino, mas se ele não fizer isso não é o suficiente para não verem ele como feminino. Em sua visão, ele nega, ou quer negar, tudo isso. Essa conversa final foi muito interessante, me marcou para além daquele tempo e espaço, reverberando em outras ocasiões, e pelo que pude perceber também marcou Thereza, visto que em outras ocasiões, ela chegou a mencionar esse dia e essa conversa mais de uma vez.

Relacionando com a conversa após a aula e o relato desse estudante, no texto “*Gênero, sexo, sexualidades - Categorias do debate contemporâneo*” de Wolff e Saldanha (2015) após trazer a história dos estudos feministas sobre relações de gênero, mostra-se que, na visão dos estudos queer, é fundamental questionar teórica e metodologicamente os pressupostos de “normalidade” dos sujeitos. Para isso, é preciso voltar os estudos para a “centralidade dos mecanismos sociais relacionados à intervenção do binarismo hétero/homossexual na organização da vida social contemporânea” (2015, p.42).

Nessa teoria há um estudo dos conhecimentos e práticas sociais que organizam a sociedade sexualizando - heterossexualizando ou homossexualizando - os corpos, desejos, identidades, conhecimentos, relações sociais e cultura (SEIDMAN 1996, p.13 apud WOLFF; SALDANHA, 2015 p.38). Portanto, em diálogo com essas perspectivas e com o que esse estudante contou ao fim da aula, o artigo expõe sobre a violência dos discursos que nos obrigam a encaixar em categorias fechadas “onde os corpos precisam caber”:

Vale ressaltar que nós, seres humanos, para nos inserirmos nas categorias sociais, nos apropriamos de discursos que indicam e afirmam o que é ser macho, fêmea, inter-sexual e transexual, mas, para todos os casos, esses discursos são violentos e agem como dispositivos de encaixe, são ‘caixas onde os corpos precisam caber’. Essa foi uma das principais questões para a teoria queer buscar reconhecer os elementos que normalizam os corpos, criando corpos normais e corpos anormais. (WOLFF; SALDANHA, 2015, p. 40).

Posiciono minha perspectiva sobre gênero neste trabalho a partir da compreensão de que o gênero se trata de um sistema relacional de classificação social e cultural no qual certos comportamentos e características, roupas, maneiras, atividades, são consideradas femininas, masculinas ou neutras, dependendo de onde e quando estamos nos referindo (WOLFF; SALDANHA, 2015, p.35), ou seja, está relacionado à cultura, à história e à forma social de uma sociedade em um dado tempo histórico.

Parto também do pressuposto que gênero é um importante aspecto na configuração das sociedades contemporâneas e passadas e, assim como classe, raça, capacidades e outras categorias, constitui parte fundamental das relações sociais perpassada pelo sistema moderno/colonial. Por ser relacional, o conceito passa a exigir que se pense pluralmente, acentuando que os projetos e as representações sobre mulheres e homens são múltiplas. Diversos movimentos de mulheres negras nos Estados Unidos e na América Latina historicamente questionam a universalização da categoria “A Mulher”, reivindicando a existência de uma diversidade e pluralidade de mulheres (WOLFF; SALDANHA, 2015). Isso ocorre pois as próprias concepções de gênero diferem não somente entre as sociedades ou os momentos históricos, mas no interior de uma dada sociedade, ao se considerar os diversos grupos (étnicos, religiosos, raciais, de classe) que a constituem (LOURO, 1997, p.7). Essa compreensão surgiu por intervenções críticas que produziram uma profunda revolução no pensamento feminista ao questionar a teoria feminista hegemônica, a qual era produzida majoritariamente por acadêmicas brancas (HOOKS, 2019, p.88).

Não é uma categoria essencial, não vem inata da natureza, é uma construção a partir de expectativas sociais que relacionam gênero ao sexo. Isso ocorre via expectativas estruturadas numa rede complexa de pressuposições sobre comportamentos, gostos e subjetividades (BENTO, 2011, p.550); estas expectativas e pressuposições, serão materializadas antes mesmo do corpo vir ao mundo. “O gênero, portanto, é o resultado de tecnologias sofisticadas que produzem corpos-sexuais” (BENTO, 2011 p.550).

O processo de naturalização de algumas identidades e a patologização de outras constitui um mecanismo ferrenho de produção das margens, local habitado

pelos seres abjetos e mantido por meio de violências físicas e/ou simbólicas. (BENTO, 2011, p.553). A socióloga brasileira Berenice Bento em seu texto *Na escola se aprende que a diferença faz a diferença* (2011) demonstra que as formas idealizadas dos gêneros geram hierarquia e exclusão. Ela examina o modo como a norma estipula que determinadas expressões relacionadas com o gênero são falsas, enquanto outras são verdadeiras e originais, desse modo, condenando a uma morte em vida os sujeitos que não se ajustam às idealizações (BENTO, 2011, p.553.). Essas idealizações são legitimadas por um controle produtor de masculinidades e feminilidades e que, muitas vezes, é justificado pelo senso comum como algo “natural”, entretanto sobre isso Bento explica que:

Passamos a interiorizar essas verdades como se fossem uma pele, algo que está conosco desde sempre, o que nos faz esquecer os inúmeros, cotidianos, reiterados “ensinamentos”: a sexualidade normal e natural é a heterossexualidade. Depois de uma minuciosa e contínua engenharia social para produzir corpos-sexuados que tenham na heterossexualidade a única possibilidade humana de viver a sexualidade, como se pode continuar atribuindo à natureza a responsabilidade daquilo que é o resultado de tecnologias gerenciadas e produzidas pelas instituições sociais? (BENTO, 2011, p.552)

Essas interiorizações partem de reiterações marcadas por um terrorismo contínuo que produz os gêneros e a heterossexualidade. E quando os corpos tentam escapar do processo de produção dos gêneros, são postos em risco, pois desobedecem às normas de gênero ao mesmo tempo em que revelam as possibilidades de transformação dessas mesmas normas. “Esse processo de fuga do cárcere dos corpos-sexuados é marcado por dores, conflitos e medos.” (BENTO, p.551). Bento evidencia que é através das performances de gêneros que a sociedade controla as possíveis sexualidades desviantes:

As performatividades de gênero que se articulam fora dessa amarração são postas às margens, analisadas como identidades transtornadas, anormais, psicóticas, aberrações da natureza, coisas esquisitas. A repetição permite a eficiência dos atos performativos que sustentam e reforçam as identidades hegemônicas, mas, também, são as repetições deslocadas do contexto natural dos sexos, a exemplo da transexualidade, que possibilitam a emergência de práticas que interrompem a reprodução das normas de gênero e, ao fazê-lo, explicitam o caráter excludente da categoria “humano” das pessoas que reconstroem suas posições identitárias transitando e, portanto, negando a precedência explicativa do biológico” (BENTO, 2011, p.553)

Bento aponta haver uma disputa com os valores hegemônicos que localizam e conferem direitos apenas a uma parcela da humanidade. Para ela, essa disputa

escancara a precariedade de um sistema de gênero e sexualidade assentado no império do biológico. Os discursos hegemônicos que carregam esses valores têm poderosas instituições (médicas, religiosas, escolares) que repetem em uníssono: a normalidade da existência tem como fundamento a diferença sexual (BENTO, 2011, p.558). Nessa perspectiva, a socióloga se detém às respostas que a escola tem dado às estudantes que apresentam performances de gênero que fogem ao considerado normal.

Ao mesmo tempo, ela problematiza como as instituições sociais (com foco na escola) operam para serem eficazes na intenção de naturalizar os gêneros, e simultaneamente, problematiza os limites das instituições sociais em lidar com essas demandas. Quando ela cria o conceito de heteroterrorismo, parte da concepção de que a “escola desenvolve e reitera práticas e discursos normativos no que diz respeito aos corpos, à raça, à etnia, à sexualidade e ao gênero, tornando-se excludente àqueles que transgridem a estas normas.” (SANTOS; VIEIRA; SILVA, 2021 p.153) Nos próximos capítulos trago como esse conceito se articula com o cenário do Colégio de Aplicação.

1.1. “*Não somos uma escola de bairro, estamos na universidade*”

O Colégio de Aplicação (CA) é uma unidade de Educação Básica da Universidade Federal de Santa Catarina de caráter público, gratuito, laico e inclusivo, (Regimento do Colégio, 2018) vinculada ao Centro de Ciências da Educação (CED). Situado no Campus Universitário, localizado no bairro Trindade, na cidade de Florianópolis. De acordo com o Projeto Político Pedagógico, o C.A. é uma “escola experimental” mantida pela UFSC que foi criada em 1961 para servir de campo de estágio destinado à prática docente das alunas matriculados nos cursos de Didática (Geral e Específica) da na época denominada Faculdade Catarinense de Filosofia (FCF).

Essa é uma escola de referência que segue a política educacional adotada pela UFSC visando o desenvolvimento indissociável da tríade de Ensino, Pesquisa e Extensão. Em seu Regimento Interno (2018) tem como finalidade, dentre outras, “formar cidadãos livres, conscientes e responsáveis” e “instrumentalizar o educando para uma atuação crítica e produtiva no processo de transformação e construção

consciente de uma sociedade justa, humanitária e igualitária.” Quando, em campo, lemos e debatemos o Regimento Interno da escola, Jussara, a professora de Sociologia, ressaltou que *“somos por natureza pesquisa de campo de estágio, não somos escola de bairro, estamos na universidade!”*. Ela falou isso no contexto de análise dos objetivos da escola, no sentido de cobrar um posicionamento ativo e combativo que essa posição “na universidade” exige.

Conforme a Secretaria Escolar, contactada por telefone e pelo site do colégio, atualmente há 941 estudantes matriculadas, sendo 664 do primeiro ao nono ano do Ensino Fundamental e 227 no Ensino Médio. A equipe escolar é composta por 14 professores substitutos e 100 professores efetivos que possuem dedicação exclusiva de 40 horas por semana divididas em Ensino, Pesquisa e Extensão, cuja extensa maioria tem como titulação mais alta mestrado ou doutorado. Além disso, são 51 servidores técnicos, 7 membros externos (sendo intérpretes de língua brasileira de sinais ou servidores da biblioteca universitária que atuam na biblioteca setorial do CA) e mais os trabalhadores terceirizados de limpeza, portaria e segurança, que não encontrei a quantidade no site. Uma vez em campo, ouvi que de toda a UFSC, o único lugar que permite que tenha técnicos na gestão (direito de votar e ser votado) é no Aplicação.

O processo seletivo para entrada na escola acontece por meio de sorteio, onde até 2022 era dividido em duas categorias: “Pessoa com deficiência”, que possui reserva de 5% das vagas em todas as séries e anos para alunas que sejam público alvo da educação especial, e “Ampla Concorrência”. Ainda que o Programa de Ações Afirmativas da UFSC tenha sido criado em 2007 por meio da Resolução Normativa Nº 8/CUN/2007 e o primeiro vestibular com reserva de vagas da Universidade foi o de 2008 (MONTEIRO, 2022), foi somente em agosto de 2022 que o Conselho Universitário (CUn) da UFSC aprovou a Resolução Normativa nº 168/2022/CUn, e em 2023 é implementado sorteio na categoria “Ações Afirmativas”, cuja finalidade é promover o ingresso e a permanência de estudantes negres (pretos e pardes), indígenas e quilombolas no Colégio de Aplicação (CA) e no Núcleo de Desenvolvimento Infantil (NDI) - escola de educação infantil também vinculada ao Centro de Ciências da Educação (CED) da UFSC. Em julho de 2023 as próprias estudantes formaram um coletivo de estudantes negres do CA: AAC - AfroAção Coletiva.

Na maior parte das reuniões fui de bicicleta, chegando na UFSC pela Rua Lauro Linhares, no bairro Trindade, onde atualmente resido, adentrando pela entrada principal dela. À esquerda fica a Biblioteca Universitária. Ao lado oposto eu virava à direita no estacionamento próximo ao Centro Sócio Econômico (onde se localizam os cursos de graduação em Serviço Social, Relações Internacionais, Economia, Ciências Contábeis e Administração) e, seguindo em frente, chegava no C.A. Dependendo de quanto tempo tinha, eu prendia a bicicleta ou na escola num pequeno bicicletário, ou do lado de fora em algum poste.

Na escola não tem muro fechado, mas uma longa cerca de alambrado. Normalmente para entrar era preciso me identificar com o CPF na portaria logo na entrada, o que fiz uma quantidade considerável de vezes até lembrar do crachá que eu tinha do ano anterior, ou apresentando meu crachá de estagiária de 2022 (não cheguei a procurar renovação porque nunca questionaram esse método de entrar na escola). Com o tempo, o meu nome e identificação foi: LARISSA SOC, informando que eu era estagiária na área de Sociologia, escrito de caneta hidrocor vermelha. Este foi se desgastando, de modo que eu não usava mais o crachá, apenas apresentava na entrada e já guardava na bolsa, a fim de preservá-lo por mais tempo.

Logo ao entrar na escola, pode-se perceber que em muitas paredes e pilares existem manifestações artísticas de estudantes e ex estudantes: frases, nomes, turmas, desenhos, pixações, poemas, músicas, como também vez ou outra publicações coladas em folha A4 e fita durex do jornal do colégio feito por estudantes, o Piolho, “o jornal que não sai da sua cabeça”. Abaixo, dois pilares que tantas vezes passei pela frente, um em frente ao outro. Na foto da esquerda com um fundo vermelho está escrito “Aquele que não luta pelo futuro que quer aceita o futuro que vier!” acima há o nome de uma aluna “Luana 9B” e abaixo de caneta preta “#Mcdonalds”.

Na foto da direita sob o fundo azul está escrita uma frase da pintora mexicana feminista e comunista Frida Kahlo, “Pies para qué los quiero si tengo alas para volar?”, um pouco acima e ao lado pode-se ler os nomes e turma de alguns estudantes “Mathias, Kauanzinho, Lu, Luísa, Malu, Julia, etc”. Após todos os nomes há de preto um espelho de vênus com um punho fechado, um dos símbolos do feminismo.

Figura 1 e 2: Pilares do Colégio de Aplicação contendo manifestações artísticas



Fonte: Acervo pessoal (2023)

No tempo em que fiz o campo desta pesquisa, uma parte da escola bem próxima às salas de aula do Ensino Fundamental II e Ensino Médio estava em obras. Um dia passando perto dessas obras, encontrei estudantes que eu já conhecia e começamos a conversar, nisso, foi exposto que o barulho da reforma durante meses apresentou-se como um fator de incômodo para a realização de provas e atividades avaliativas. Um desconforto (e infortúnio) constante.

Sob o tapume vermelho que impedia a passagem rumo ao auditório estavam coladas imagens do Clube de Xadrez do CA. A transformação (ou intervenção) da função do tapume de proteger o espaço em obras tornando o um espaço de divulgação de atividades escolares, em especial do Clube de Xadrez¹² me chamou atenção e por isso tirei uma foto. Eu sabia que xadrez era um esporte na Olimpíada do colégio, mas não que tinha um clube consolidado para isso na escola.

¹²Para mais informações sobre o Clube de Xadrez CA/UFSC, acesse: <https://www.instagram.com/clubexadrezca/>

Figura 3: Tapume coberto com imagens do Clube de Xadrez do Colégio de Aplicação.



Fonte: Arquivo pessoal (2023)

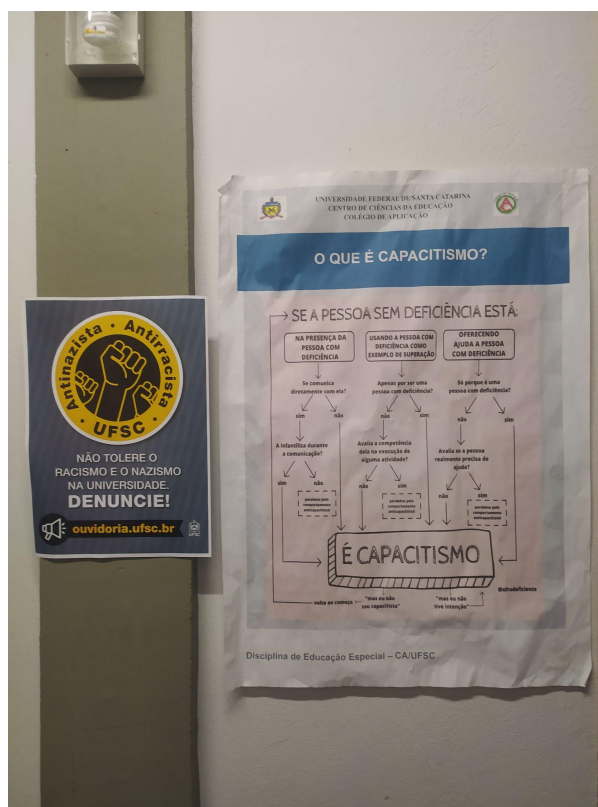
Trago algumas descrições e imagens da escola sem a pretensão de resumir a essas narrativas ou esgotar o debate da ocupação do espaço físico do colégio¹³. Como tudo na escola (e fora dela, mas aqui especificamente falando desse campo) as paredes marcadas de expressões de diversas alunas com pontos de vista heterogêneos, de variadas épocas, grupos, turmas e séries escolares ilustram a diversidade de visões que permeiam esse espaço, elucidando o aspecto de disputa de narrativa sobre um possível “perfil de estudante do Aplicação”, isso poderia por si só ser um objeto de pesquisa, do qual não é meu objetivo e por isso não me prolongarei mais.

Para corroborar com essa visão de disputa que ocorre dentro e fora das salas de aulas, nesse caso, nas paredes, recorro a uma situação que vivi em campo. Eu estava olhando as paredes do Bloco de Laboratórios e logo depois acabei encontrando e conversando com estudantes que fazem parte da atual gestão do grêmio estudantil e que foram da turma onde eu era estagiária no ano anterior, comentei que me chamou a atenção a quantidade de adesivos e cartazes da

¹³ Sobre esse assunto, me recorro e recomendo um trabalho que vi sendo apresentado na XIV Reunião de Antropologia do Mercosul, em 2023, intitulado “O que dizem a “porta do assédio” e a “régua de pika”: produção de gênero, sexualidade e diferença nos grafitos de banheiros escolares”(2023) de Sasha Cruz Alves Pereira

campanha “UFSC antirracista e antinazista”¹⁴ coladas pelo Bloco de Laboratórios, e nisso eles comentaram que tem aparecido muitas pixações anticomunistas e fascistas, por isso o aumento na campanha antinazista e antirracista nesse espaço. Eu disse que nunca notei e então eles me levaram até o corredor de circulação entre o pátio coberto e a saída sentido Bloco de Laboratórios. Abaixo, imagem de um cartaz da campanha “UFSC antirracista e antinazista” ao lado de um fluxograma respondendo à pergunta “o que é capacitismo?” e produzido pela Disciplina de Educação Especial - CA/UFSC.

Figura 4: Dois cartazes: “UFSC Antinazista e antirracista” (esquerda) e “O que é capacitismo?” (direita).



Fonte: Arquivo pessoal (2023)

Eu já tinha visto as foices e martelos pixados pela escola, inclusive naquele corredor, mas dessa vez, olhando atentamente, todas as vezes que o símbolo que representa o movimento comunista aparecia havia um sinal de bloqueio por cima,

¹⁴ Para mais informações sobre a campanha, acessar <https://noticias.ufsc.br/2022/11/ufsc-lanca-campanha-antirracista-e-antinazista-e-orienta-comunidade-a-denunciar-violencias/>. Acesso em 9 de julho, 2023.

feito a caneta e não a tinta (como o desenho original), de forma tímida, mas estava lá, de longe não havia reparado, mas de perto dava para ver bem. Eles disseram que havia mais manifestações de pensamentos de extrema-direita pela escola, e que o grêmio estava pensando em nas férias fazer um mutirão para pintar de branco por cima e chamar os pequenos dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental para pintar por cima por meio de uma atividade pedagógica.

Dos estudantes que tive maior contato quando fui estagiária, alguns voltam a aparecer no decorrer desse trabalho nas ocasiões onde nos esbarramos pelo colégio, normalmente antes ou depois das reuniões em que realizei o trabalho de campo¹⁵. Achei que seria importante falar que se trata de um grupo específico de cerca de seis estudantes para mostrar que quando falo das impressões, perspectivas e relatos “de estudantes” me refiro aos mesmos estudantes que acompanhei no ano anterior e do qual possuo alguma proximidade -frequentemente nos cumprimentamos e trocamos algumas interações quando nos vemos pela escola, em ônibus, no Restaurante Universitário ou pelo campus da UFSC. Nessa pesquisa, não realizei entrevistas com discentes e nem grupo focal, quando digo “em conversa com estudantes” são situações que narrei em meu diário de campo desses momentos de interação na escola.

1.2. O contexto educacional

A partir de 2003 no Brasil ocorreu um período onde foram desenvolvidas importantes políticas públicas no campo da Educação, com foco na formação e sensibilização para as temáticas de gênero, sexualidade e diversidades (WELTER; GROSSI, 2018, p.125) por meio da criação de secretarias especiais em nível federal, inúmeras políticas públicas, políticas de ações afirmativas, leis de combate às violências raciais e sexistas, aprovação de leis para casamento e filiação entre pessoas do mesmo gênero, entre outros avanços. Além disso, nessa mesma época foram criados programas nacionais de formação continuada para educadoras/es em Gênero e Diversidade (sexual, étnico-racial) na Escola (GDE)¹⁶, antihomofobia -

¹⁵ Muitos deles atualmente compõem o grêmio estudantil, como me contaram em algumas das vezes que nos esbarramos pela escola

¹⁶ Sobre a especialização em Gênero e Diversidade na Escola - GDE, recomendo a leitura da dissertação de Leonardo de Miranda Ramos (2020) intitulada: “O GDE mudou a minha vida!”:

como o Programa de Combate à Violência e à Discriminação Contra LGBT e de Promoção da Cidadania Homossexual chamado “Brasil sem Homofobia”-, entre outras (WELTER, GROSSI, 2018 p.132-133).

Anos depois, com a ascensão de uma política extremamente conservadora, o cenário de políticas públicas que pautassem a diversidade mudou¹⁷, impactando diretamente o cenário educacional nacional. O debate sobre gênero nas escolas fora repudiado mais fortemente principalmente desde 2015, com o crescimento da visibilidade do projeto de lei Movimento Escola Sem Partido¹⁸, o qual, articulado com deputados membros da bancada religiosa, esteve empenhado no combate à “ideologia de gênero” (como foi chamado os debates de gênero e sexualidade nas escolas) e a favor de um ensino dito “neutro”, ou seja, acrítico e interessado na manutenção das desigualdades como estão. Ainda que anos depois o projeto não tenha sido aprovado, o impacto e destaque que teve e ainda tem no debate político nacional continua “firme e forte”, como afirmou um dos líderes do Professores Contra o Escola sem Partido (BASÍLIO, 2019).

A respeito desse cenário, pode-se listar vários casos ocorridos em Santa Catarina acerca do avanço de uma política conservadora que visava atacar diretamente docentes de instituições públicas que tivessem pautas progressistas em suas aulas (como os debates de gênero e LGBTQIA+fobia). É possível ver isto no caso de uma estudante de mestrado em História da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), a qual, segundo nota divulgada pela Associação Nacional de História (ANPUH) emitida na época em 2016, processou sua orientadora por perseguição religiosa por ter se sentido constrangida como “cristã e anti-feminista” pelas aulas em um curso que tinha como temática o feminismo¹⁹.

subjetividades na constituição de redes de resistência entre professoras egressas do curso de especialização em Gênero e Diversidade na Escola em Santa Catarina.

¹⁷Aqui me refiro à primeira medida provisória do na época presidente interino Michel Temer, que foi a extinção de 9 ministérios, dentre eles: Ministério da Cultura, das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos, entre outros. Fonte: Agência Senado <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/05/16/primeira-medida-provisoria-de-temer-reduz-de-32-para-23-o-numero-de-ministerios>

¹⁸ Não me aprofundarei com mais detalhes sobre o Movimento Escola sem Partido, isso por si só é um grande objeto de pesquisa. A respeito disso, recomendo a leitura do texto “O avanço do neoconservadorismo no Brasil: a agenda antigênero para a educação nos projetos legislativos apresentados na Câmara dos Deputados (2011-2022)” de Lais Rodrigues Candeia e Neiva Furlin.

¹⁹Sobre esse assunto ver: <https://vermelho.org.br/2017/03/30/professora-da-udesc-e-processada-por-ministrar-curso-sobre-feminismo/>. Acesso em 9 de julho, 2023.

A historiadora e professora em questão, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em História da UDESC, Marlene de Fáveri, tem uma trajetória reconhecida nacional e internacionalmente nos estudos de gênero e feminismo; dois anos depois, a ação contra ela por perseguição religiosa foi julgada como improcedente (CATARINAS, 2018). Além desse caso, em meio a eleição à presidência em 2018²⁰, a então estudante e candidata a deputada solicitou a estudantes em suas redes sociais que denunciassem docentes que debatessem correntes políticas ou ideológicas contrárias ao na época candidato a presidente dentro da sala de aula²¹. Pouco tempo depois, a ex-aluna se tornou deputada estadual pelo partido em que Jair Bolsonaro foi eleito em 2018 (PL); em 2022 não só foi reeleita como foi a deputada estadual mais votada na história de Santa Catarina, apoiada em uma agenda anti-feminista e uma política de conservadorismo no estado.

A ação da deputada é uma das várias repercussões que o movimento Escola Sem Partido tinha em sua agenda política em SC, mesmo após a dissolução do movimento em 2019 (BASILIO, 2019), a política conservadora contrária ao debate de gênero permaneceu com força, vide a realização de uma reunião na Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (ALESC) no mesmo ano, contando com deputados conservadores que exigiam a exclusão dos termos relações de gênero, identidade de gênero e diversidade sexual no Currículo Base da Educação Infantil e Fundamental do território catarinense.

Simultaneamente, houveram movimentos contrários a esse cenário, como o “Escola Sem Mordaça”²² e o já anteriormente mencionado “Professores Contra o Escola sem Partido”, que mostravam resistências em todo o solo nacional e no contexto catarinense, que este estado podia ser um espaço de disputa, debate e avanços no campo educacional.

²⁰Onde o estado de Santa Catarina teve participação significativa em elegê-lo com 75,92% dos votos. Sobre esse assunto ver em: <https://especiais.gazetadopovo.com.br/eleicoes/2018/resultados/santa-catarina-2turno-presidente/>. Acesso em 9 de julho, 2023.

²¹ Para saber mais sobre esse caso, consultar o artigo de Ticyanne Pereira da Silva (2019) intitulado: “Caso da deputada estadual Ana Caroline Campagnolo com traços do projeto Escola Sem Partido: uma análise à luz da teoria libertária de Paulo Freire”. Disponível em: <http://dialogojuridico.fbuni.edu.br/index.php/dialogo-juridico/article/view/51/58>. Acesso em 9 de julho, 2023.

²² Para mais informações sobre o “Escola Sem Mordaça”, ver: <https://www.epsvj.fiocruz.br/noticias/reporta-gem/escola-sem-partido-x-es-cola-sem-mordaca>. Acesso em 9 de julho, 2023.

É também no estado de Santa Catarina, vinculada à Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), que está situado o Instituto de Estudos de Gênero (IEG/UFSC)²³, referência nacional e internacional no campo de ensino, pesquisa e extensão dos estudos de gênero e feminismos. Reúne professoras e pesquisadoras (pós-doutorandas, doutorandas, mestrandas e graduandas) da UFSC, da UDESC e de Instituições de Ensino Superior do país e do mundo. Com seis frentes, vários laboratórios e núcleos voltados aos estudos de gênero, feminismos, sexualidades, diversidades, interseccionalidades, etc, o IEG tem como um dos objetivos promover formação e ensino voltadas para a sociedade: em escolas, movimentos sociais, organizações, institutos, órgãos públicos e empresas; todas essas atividades contribuem para que este seja reconhecido como um centro de excelência interdisciplinar em estudos de gênero no Brasil e mundialmente.

Criado em 1991, o núcleo onde a antropologia se destaca é o NIGS - Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades²⁴ - o qual realiza eventos, publicações e projetos de variadas formas. A principal ação de extensão na área de gênero e sexualidades do núcleo foi o “Projeto Papo Sério” (WELTER; GROSSI, 2018, p.135) iniciado em 2007 e finalizado em 2015, envolvendo e impactando milhares de jovens e profissionais da educação em solo catarinense, tinha como objetivo principal problematizar as representações de gênero e sexualidade com estudantes, professores/as e outros profissionais de escolas públicas da Grande Florianópolis. A partir dele, desenvolveram-se alguns subprojetos: “Oficinas Papo Sério”, “Concurso de Cartazes sobre Homo-Lesbo-Transfobia e Heterossexismo nas Escolas” e “Iniciação Científica Júnior” (PIBIC EM).

Planejadas a partir das demandas das escolas, as oficinas do “Projeto Papo Sério” visavam estimular a criação de espaços para a formação de estudantes, incluindo e relacionando com temas transversais do cotidiano escolar. Eram propostas de ação e discussão de temas como homossexualidades, transexualidades, violências de gênero, feminismo, direitos reprodutivos e outros temas demandados pelas escolas, com a intenção de suprir a falta de discussões sobre estas questões no espaço escolar. (WELTER; GROSSI, 2018 p.135)

Parte deste projeto foi o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica no Ensino Médio (PIBIC EM/CNPq) que durou de outubro de 2010 a

²³ Para saber mais sobre o IEG, acesse: <https://ieg.ufsc.br/>. Disponível em 9 de julho, 2023.

²⁴ Para saber mais sobre o NIGS, acesse: <https://nigs.ufsc.br/>. Disponível em 9 de julho, 2023.

fevereiro de 2012 e envolveu dez estudantes de escolas públicas da Grande Florianópolis, com idades entre 14 e 18 anos. Por meio da participação em grupos de estudos, atividades de formação, de eventos científicos e projetos coletivos, essas estudantes foram introduzidas também como autores nos campos de Antropologia e dos Estudos de Gênero e Sexualidade. Mais tarde e a partir dessa experiência, entre 2013 e 2014 foi desenvolvido o projeto “Antropologia, Educação e Diversidade – Iniciação Científica no Ensino Médio” na Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) no campus Chapecó (no oeste de Santa Catarina).

Também na Universidade Federal da Fronteira Sul, campus Chapecó, entre agosto de 2012 e fevereiro de 2014 e sob coordenação de professoras vinculadas ao NIGS, foi realizado o PIBID Ciências Sociais, cujo objetivo foi de problematizar questões de gênero e sexualidade com estudantes de ensino médio de escolas públicas de Chapecó, e também, estimular a docência nos cursos de licenciatura em Ciências Sociais. Foram realizados os seguintes projetos nas escolas envolvidas: “Relações Afetivas na Escola”, “Gincana Sociológica” e “Oficina Gênero e Sexualidade”.

Essas experiências relatadas no artigo das antropólogas brasileiras Tânia Welter e Miriam Grossi foram desenvolvidas no primeiro período em que o Partido dos Trabalhadores esteve no poder no Brasil (de 2003 a 2016) em um cenário de incentivo ao desenvolvimento de políticas progressistas, radicalmente diferente do que apresentei no contexto pós-golpe de 2016 e Reforma do Ensino Médio.

É vasta a bibliografia sobre escola e educação formal no campo das Ciências Sociais, seja na visão funcionalista (de Durkheim); na vertente marxista da sociologia da educação (com Louis Althusser e Paul Willis); ou o paradigma culturalista (de Pierre Bourdieu). Há diversas concepções sobre o papel da escola, que não foi possível abordar no escopo e tamanho deste trabalho. Ao mesmo tempo, é imprescindível enfatizar o papel e impacto da construção de pedagogias críticas (com nomes como Paulo Freire e bell hooks), decoloniais (com Luiz Rufino) e antirracistas (com Sueli Carneiro) nos estudos sobre educação, as quais vêm sendo construídas com o intuito de quebrar “estruturas e instituições que produzem o racismo e sexismo epistêmico”, tema abordado pelo sociólogo porto riquenho Ramón Grosfoguel (2016). Essas teorias falam sobre romper com o discurso de universalidade e qualificar outros conhecimentos e outras vozes que foram historicamente silenciadas.

A escola, portanto, pode ser vista um espaço permeado por conflitos e contradições, onde historicamente se reproduzem hierarquias e assimetrias, promovem-se violências ou compactua-se com elas, silencia-se e insiste-se em modelos normativos.(WELTER; GROSSI, 2018, p.140). Berenice Bento aponta que:

A escola, que se apresenta como uma instituição incapaz de lidar com a diferença e a pluralidade, funciona como uma das principais instituições guardiãs das normas de gênero e produtora da heterossexualidade. Para os casos em que as crianças são levadas a deixar a escola por não suportarem o ambiente hostil, é limitador falarmos em “evasão”. (BENTO, 2011, p.555)

Ao mesmo tempo, também são nesses espaços que têm sido produzidos importantes movimentos de transformação social. Nesse caminho, destaco o cruzo, perspectiva teórico-metodológica da Pedagogia das Encruzilhadas. Esta se fundamenta nos atravessamentos, nos inacabamentos, na mobilidade contínua entre saberes, acentuando os conflitos e a diversidade como elementos necessários a todo e qualquer processo de produção de conhecimento." (RUFINO, 2019, p.88). O pedagogo brasileiro Luiz Rufino elucida:

Garantir a problematização da educação e das relações humanas a partir de Exu resulta não somente na organização de uma crítica antirracista e na proposição de outros caminhos possíveis, mas garante um modo de educação como resposta responsável, comprometido com a própria vida. Uma educação inspirada em Exu é, então, uma educação comprometida com a transformação radical, com a transgressão, com a resiliência, com a mobilidade, com a emergência e a ampliação de possibilidades; é, em suma, uma educação comprometida com a circulação de axé — energia vital. (RUFINO, 2019, p. 95)

Assim, compreende-se que o espaço escolar é um espaço de disputa, onde as relações de poder estão sempre em tensão. Desse modo, situo a política de debate de gênero no CA, que mesmo diante do medo de alguns professores em abordar o tema na sala de aula (vide o histórico de ataques conservadores no estado²⁵) fomentou e ampliou o debate sobre relações de gênero, buscando atender às demandas das estudantes. Essas, já vem aparecendo há anos, com ações e atividades temporárias e que em 2022 foram institucionalizadas como um projeto a

²⁵ Como no caso do professor de uma escola municipal de Rio Negrinho (Planalto Norte/SC), que em 2021 foi obrigado a deixar a cidade por realizar um trabalho sobre diversidade de gênero com suas alunas do ensino fundamental. Sobre esse assunto ver: <https://www.nsctotal.com.br/noticias/professor-de-rio-negrinho-deixa-a-cidade-apos-ataque-por-trabalho-sobre-diversidade-em>. Incontáveis foram os casos onde essas situações de ameaça, denúncia se repetem. Acesso em 9 de julho, 2023.

médio e longo prazo, agora não mais contendo comissões temporárias para casos específicos, mas uma comissão permanente que se propõe a formular uma nova política e construção de escola.

2. “Tudo começa no banheiro e no nome social”

Nesta seção inicio apresentando a Pesquisa de Campo de Estágio que realizei em 2022, como requisito para a disciplina de Estágio Supervisionado em Ciências Sociais I, e que foi o embrião deste Trabalho de Conclusão de Licenciatura. Durante a pesquisa, é mencionado sobre o “Grupo de Trabalho Transexualidade e Gênero”, o qual começa como algo temporário e mais tarde se torna a Comissão Permanente de Diversidade e Gênero. Utilizo o Projeto de Pesquisa “Relações de gênero e diversidade sexual na Educação Básica brasileira: um estudo do estado da arte (2012-2022)” (2023) como uma fonte onde o começo da Comissão (em 2022) está documentado.

Apresento o primeiro contato que tive com demandas existentes e ações do Aplicação nos últimos anos referentes a relações de gênero, como as reivindicações por conta de casos de assédios, por absorvente nos banheiros masculinos e o direito ao respeito por colegas e professores em relação o nome social de estudantes trans. Utilizo meu diário de campo para explicar como se deram as reuniões e ações da Comissão durante o primeiro semestre de 2023. Para isso, diálogo com as discussões de Berenice Bento (2011), María Lugones (2020), e Oyèrónké Oyewùmí (2020), entre outras autoras.

2.1.1 A Pesquisa de Campo de Estágio: Papo de Mulher, Papo de Homem, e Papo Juntas

Na disciplina de Estágio Supervisionado I, fomos responsáveis por realizar diversas atividades: acompanhamos a turma 2B nas aulas de Sociologia com a professora Thereza e realizamos um relato semanal de observação; discutimos os textos das semanas em aula com o professor orientador; preparamos o projeto de ensino e planos de aula para o semestre seguinte em Estágio II (onde tivemos a regência das aulas); e paralelamente, a disciplina também compreendia a *pesquisa da realidade escolar* como centralidade e ponto de partida de nosso processo formativo.

A pesquisa, realizada em dupla, tinha como objetivo reconhecer o campo escolar onde estávamos nos inserindo, compreendendo que “a pesquisa é uma relação social de conhecimento” encontrei essa anotação no meu caderno, grifada,

de uma fala que o professor Brunetta enfatizou em aula. Para isso, partimos do pressuposto do “Estágio como Pesquisa”, onde a pesquisa, reflexão, participação, intervenção e prática de ensino, juntas, superam a distinção entre teoria e prática. Deste modo:

(...) o estágio, ao contrário do que se propugnava, não é a atividade prática, mas teórica, instrumentalizadora da práxis docente, entendida esta como atividade de transformação da realidade. Nesse sentido, o estágio curricular é atividade teórica de conhecimento, fundamentação, diálogo e intervenção na realidade, esta, sim, objeto de práxis. Ou seja, é no contexto da sala de aula, da escola, do sistema de ensino e da sociedade que a práxis se dá. (PIMENTA; LIMA, 2001, p. 45)

O professor da disciplina Antonio Alberto Brunetta deixou claro que queria que nós vivêssemos a escola para assim poder pesquisá-la, que conversássemos com pessoas, frequentássemos o espaço escolar, ou seja, um motivo para falar com os agentes do colégio, sem deixar de lado o olhar crítico e reflexivo dos dados e informações obtidas.

Com interesse em pesquisar sobre gênero e sexualidade no colégio, inicialmente procuramos no perfil do Instagram do Colégio de Aplicação publicações acerca dessas temáticas. Encontramos uma ação formativa sobre Sexualidade junto a uma médica-ginecologista que havia ocorrido no mesmo ano. Também encontramos a divulgação, em um post de 2020 no site do colégio, de rodas de conversa sobre violência de gênero e descobrimos que a professora Thereza, que era quem nos supervisionava no estágio, não só participou como estava na organização dessas rodas. Decidimos então que nossa pesquisa de campo de estágio seria sobre essas rodas de conversa, o que se daria a partir de entrevistas com alguns profissionais envolvidos.

Para esta pesquisa, realizada entre junho e julho de 2022, conversamos com algumas pessoas que participaram da organização dessas rodas. Fizemos o uso metodológico de entrevistas semi-estruturadas em blocos temáticos, contendo 13 perguntas pré-estabelecidas. Tivemos o conhecimento de onze nomes de professores ou técnicos que participaram dessas atividades. Foram entrevistados quatro professores e cada entrevista durou cerca de uma hora. Por conta de uma questão de logística de tempo, outros professores que entramos em contato até chegaram a responder o email e demonstrar interesse em participar da pesquisa, mas levamos em consideração disponibilidade dos horários que coubessem em nossas agendas.

As rodas de conversa pesquisadas ocorreram em meio ao primeiro ano de Pandemia de Covid-19, ainda sem vacina, momento em que as relações sociais em muitos cenários foram perpassadas por uma virtualização das relações sociais. Ainda no isolamento social, as trocas entre as estudantes, entre si e entre a própria comunidade escolar tiveram de ser repensadas. Nessa época acontecia um fenômeno online chamado #Exposed, em especial o #ExposedFloripa, uma hashtag levantada no Twitter em maio de 2020 e que teve repercussão nacional em várias cidades pelo Brasil. O objetivo do movimento era expor casos de assédio contra mulheres e seus assediadores, em alguns casos as próprias vítimas eram as interlocutoras, em outras eram expostos relatos em anonimato por contas de terceiros.

O movimento teve um caráter de apoio às vítimas e suas exposições, simultaneamente abriu o debate para discussões sobre ética, linchamento virtual e defesa da honra. Quando pesquisei bibliografias que tivessem como tema central o movimento #Exposed em repositórios como Google Acadêmico e Scielo, percebi que os autores que encontrei (Trabalhos de Conclusão de Curso e Dissertações) foram majoritariamente pessoas da área do Direito que traziam perspectivas jurídicas da situação, como o embate entre a liberdade de manifestação da vítima e a honra do agressor. Isso por si só poderia ser um grande objeto de estudo do qual não me aprofundarei, visto que o enfoque aqui foi perceber *como a escola lidou com essa situação de denúncia e conflito*, quando o assunto saiu da rede social sendo trazido para a escola.

Isso aconteceu quando duas estudantes foram procurar ajuda com três ou quatro professoras do colégio (incluindo a professora Thereza) sobre o que fazer frente às crescentes denúncias online que incluía amigos e conhecidos que estudavam na escola na época. Surgiram perguntas como *“o que fazer com meu amigo que foi capaz de fazer isso? Continuo falando com esse amigo? O que a escola pode fazer a respeito?”*. A partir dessas demandas das estudantes, foi formada a “Comissão de Prevenção à Violência nas Relações Afetivo-sexuais entre os/as estudantes do CA/UFSC” (Portaria nº 36/CA/2020) contendo professoras/es e servidores, com o intuito de fomentar espaços de discussão e reflexão nas/os/es discentes acerca de violências de gênero e seus desdobramentos

As ações pedagógicas ocorreram entre o final de maio e início de dezembro de 2020 e foram organizadas em rodas de conversas online pelo Google Meet. Elas

receberam o nome de Papo de Mulher, Papo de Homem²⁶ e Papo Juntas. Em algumas ocasiões os encontros ocorriam de maneira separada (Papo de Mulher e Papo de Homem) e em outras eram todas as pessoas participantes - docentes, discentes e servidoras/es - juntas (Papo Juntas). Em entrevista, uma das professoras explica que essa separação ocorreu para que as e os estudantes se sentissem mais à vontade e com maior abertura para falar com as/os respectivos professores. Ela relata que o Papo de Mulher começou com muitas estudantes, professoras e técnicas se reconhecendo, trocando experiências e histórias.

Figuras 5, 6, 7 e 8: Cartazes de divulgação do Papo de Mulher, Papo de Homem e Papo Juntas.



Fonte: Projeto de Pesquisa “Relações de gênero e diversidade sexual na Educação Básica brasileira: um estudo do estado da arte - 2012-2022” (2023).

Exposto acima estão os cartazes de divulgação de quatro encontros. A primeira figura à esquerda e com o fundo lilás, trata-se do primeiro Papo de Mulher, com o tema: *uma conversa sobre ser estudante, professora, mulher*, ocorrido no dia 28 de maio de 2020 e convidando estudantes do nono ano do Ensino Fundamental ao terceiro ano do Ensino Médio. Ao lado e com o fundo azul escuro é a divulgação do segundo Papo de Homem: *afinal quando somos machistas? ser homem prova o que?* que se deu no dia 18 de junho de 2020. A terceira figura é a imagem da chamada para o Papo Juntas no dia 2 de outubro do mesmo ano e cujo assunto é *sexualidade e adolescência*; nessa edição há uma médica residente em ginecologia convidada para falar. No canto à direita e com um fundo lilás claro está o cartaz do

²⁶ Os Papos foram baseados nas oficinas criadas por Guilherme Valadares com homens condenados pela lei Maria da Penha, o qual também foi fundador de um blog de discussão sobre masculinidades em 2006: Papo de Homem.

3º Papo de Mulher: *sexualidade ou sexualidades?* anunciando o encontro do dia 9 de julho.

De acordo com as entrevistas realizadas, a comissão temporária organizou essas atividades compreendendo que não estavam ali para serem investigadores ou policiais, o intuito dos Papos nunca foi de fazer acareação, mas sim realizar uma ação exclusivamente pedagógica, pois tinha como foco a conversa e a reflexão dos participantes.

Assim, o objetivo geral, como explica uma das entrevistadas, era fazer as discentes *“terem voz, bem como escutarem uns aos outros”*, ou seja, conversarem, pensarem e repensarem, visando a conscientização das violências de gênero, as quais *“não devem ser naturalizadas muito menos silenciadas, mas expostas e debatidas”*. Segundo a professora de Sociologia: *“a inserção no debate feminista é uma prevenção das violências e opressões de gênero”*.

Com o tempo, o debate ampliou para diversos outros tópicos que com ele dialogam. Inclusive é importante lembrar que os dois jovens denunciados pelo #Exposed foram diretamente convidados a participar e chegaram a frequentar o Papo de Homem durante 2 encontros.

Por conta do esvaziamento das atividades, a equipe pedagógica responsável reconheceu a necessidade de dinamizar os encontros, trazendo duas ginecologistas, um ator LGBTQIA+ para conversar com as estudantes, além de outros convidados. Mesmo assim, foi notório o esgotamento do modo remoto, o que levou ao fim das ações em dezembro de 2020.

Se o objetivo das atividades era abrir um espaço para diálogo, a ação foi bem sucedida. Além disso, com a retomada do presencial, voltaram à atividade ações envolvendo relações de gênero que já existiam antes da pandemia, como os trabalhos focados no dia da mulher, guiados pelas professoras de sociologia e português em 2022 e novas ações, como a formação de um grupo de trabalho sobre identidade de gênero e transgeneridade, o qual abordarei no próximo subtópico.

2.1.2. Do Grupo de Trabalho à Comissão Permanente

Na entrevista com um dos interlocutores para a Pesquisa de Campo de Estágio, em junho de 2022, a pessoa afirma que nos últimos 5 anos vários meninos e meninas começaram a assumir a sua transexualidade até chegar no momento em

que estes estudantes começaram a postular suas reivindicações, como na campanha contra pobreza menstrual.²⁷ Essa reivindicação veio de uma demanda de alguns estudantes trans da escola que queriam participar do movimento, pois muitos deles menstruam e dentro da escola não era oferecido itens básicos para cuidados menstruais nos banheiros masculinos.

Além da a discussão da inclusão de absorventes nos banheiros masculinos, e o debate inicial sobre a retirada dos mictórios destes mesmos banheiros (tópico que ouvi durante a Pesquisa de Campo de Estágio em 2022 mas não vi aparecer novamente durante o tempo em que realizei o campo (2023), a pauta do respeito ao nome social dentro da escola foi um assunto que apareceu tanto nas entrevistas da Pesquisa de Campo de Estágio, quanto em sala de aula com a turma 2B:

“A questão do nome social não apareceu só durante a aula sobre transfobia, como vem sendo um tópico presente e em disputa em outros momentos, visto que já foi comentado que apesar de os colegas de turma respeitarem os nomes sociais de estudantes trans, muitos professores insistem em chamar pelo nome antigo que ainda está na chamada, a qual foi impressa no início do ano, mesmo que no moodle²⁸ estes alunos sejam reconhecidos por seus nomes sociais.” (diário de campo, 30 de junho de 2022)

Com o intuito de não partir para a construção de um terceiro banheiro (que seria um banheiro “sem gênero”) e atendendo à solicitação da equipe pedagógica de criação de um protocolo institucional para atender as/os/es estudantes trans, os quais também haviam recorrido à direção reivindicando que professores e demais colegas respeitem o nome social, é criado o “Grupo de Trabalho Transexualidade e Gênero”, nome definido pelos cinco profissionais presentes na primeira reunião.

Segundo consta no Projeto de Pesquisa “Relações de gênero e diversidade sexual na Educação Básica brasileira: um estudo do estado da arte (2012-2022)” (2023) logo nas primeiras reuniões, em maio de 2022, foi decidido pelas integrantes do GT que este passaria a ser uma Comissão Permanente que pudesse atender às demandas da comunidade escolar acerca das questões de gênero e diversidade de forma mais abrangente, dos atuais participantes da Comissão, estavam presentes nessa reunião Carlos, Sabrina, Jussara e Maurício. Na semana seguinte, o

²⁷ A pobreza menstrual é a falta de acesso à higiene pessoal adequada durante o período menstrual, seja por falta de recursos financeiros, de infraestrutura e serviços de saneamento básico ou até de conhecimento sobre o tema. A distribuição de absorventes descartáveis de forma gratuita em banheiros é um dos feitos da campanha contra a pobreza menstrual. Sobre esse assunto ver: <https://noticias.ufsc.br/2023/05/campus-da-ufsc-em-blumenau-promove-campanha-de-arrecadacao-d-e-absorventes/>. Acesso em 9 de julho, 2023.

²⁸ Plataforma online de acesso às disciplinas escolares utilizada pela UFSC

psicólogo Carlos foi escolhido como presidente da recém criada Comissão Permanente de Diversidade e Gênero (CPDG).²⁹

O objetivo geral da comissão ficou definido nos seguintes termos: “Implementar uma política de garantia de direitos, acolhimento, prevenção e enfrentamento às violências no que diz respeito às relações de gênero no Colégio de Aplicação/UFSC”. Após debates, as integrantes da Comissão decidiram que para começar era preciso que estivessem respaldadas “juridicamente em relação às legislações superiores quanto ao reconhecimento do nome social quando se trata de pessoas menores de 18 anos” como consta no Projeto de Pesquisa (2023) já mencionado. Desse modo, desde o início foi observada a necessidade de ampliação do diálogo com a Ordem dos Advogados do Brasil OAB, o Tribunal de Justiça, a Defensoria Pública, o Ministério Público e demais órgãos que regem os direitos das crianças e adolescentes.

Junto a representantes da Coordenadoria de Diversidade Sexual e Enfrentamento da Violência de Gênero (CDGEN) da UFSC, estudantes bolsistas na CDGEN e representantes de Coletivos pela luta dos direitos das pessoas trans, a primeira tarefa da comissão foi organizar um Seminário de Capacitação para as servidoras do Colégio de Aplicação (CA), Núcleo de Desenvolvimento Infantil (NDI) e Centro de Ciências da Educação (CED). Este evento³⁰ ocorreu no Auditório do Colégio de Aplicação e recebeu o nome de “O uso do nome social na escola: marcos legais, desafios e perspectivas”. Ele foi registrado no sistema SIGPEX³¹ da UFSC como uma Ação de Extensão, na natureza de Seminário.

Realizado em setembro de 2022, no evento foram apresentados os principais conceitos acerca das diversidades de gênero, os marcos legais e as políticas institucionais da UFSC que garantem o direito ao uso do nome social pelas e pelos estudantes do Colégio de Aplicação no âmbito da instituição. De acordo com o Projeto de Pesquisa (2023):

²⁹ Durante este trabalho, irei me referir à Comissão Permanente de Diversidade e Gênero ou por sua sigla (CPDG) ou como Comissão, com c maiúsculo. Escolhi fazer isto para não precisar repetir o nome inteiro da comissão todas as vezes que ela for mencionada.

³⁰ O Seminário ocorreu em parceria também com a Comissão do Direito da Vítima da OAB/SC, a Comissão do Combate à Violência Doméstica da OAB/SC, a Comissão de Direitos da Criança e do Adolescente da OAB/SC, a Comissão de Direito Homoafetivo e Gênero da OAB/SC e o Grupo de Trabalho Diversidade e Gênero do Tribunal de Justiça/SC.

³¹ Sistema Integrado de Gerenciamento de Projetos de Pesquisa e de Extensão

Tal ação teve como objetivo a formação e orientação das e dos servidores do CA, NDI e CED para o respeito e garantia desse direito, compreendendo que a permanência dos/das estudantes trans na escola passa, necessariamente, por acolhimento, respeito, sensibilização e compreensão da importância do papel da escola como um espaço de inclusão e combate às violências de gênero. (VIANA; SILVELLO, FRANÇA; et al, 2023, p.24)

Um dos estudantes que fui estagiária no ano passado pediu para participar desse evento, mas foi avisado que a ação era destinada apenas aos profissionais e que ano que vem (2023), iriam começar as atividades com discentes.

Trouxe até agora neste capítulo os registros dos trabalhos desenvolvidos pela escola, com o objetivo de apontar as demandas existentes na escola trazidas pelas vivências das estudantes. Tais demandas justificam a existência da Comissão assim como a necessidade de um aprofundamento teórico por parte dos profissionais que nela atuam. Aprofundamento esse que se intensificou no ano seguinte (2023) quando a CPDG teve seu Projeto de Pesquisa PIBIC/EM contemplado com cinco bolsas, explicarei mais sobre isso no próximo subcapítulo, juntamente com as ações que a Comissão realizou no primeiro semestre de 2023.

2.2 A Comissão Permanente de Diversidade e Gênero

Um dia andando pela Maratona Cultural de Floripa (2023), encontrei um colega estagiário da psicologia do C.A. que também foi na primeira reunião da CPDG; conversamos sobre o colégio, a reunião, e experiências no espaço escolar e nisso ele me perguntou se eu participava de mais alguma comissão do colégio. Na hora fiquei um pouco confusa, meu percurso na escola me levou a Comissão Permanente de Diversidade e Gênero, mas eu nem havia pensado na possibilidade de outras comissões, muito menos de estudá-las, inclusive é preciso reconhecer as limitações que meu trabalho de campo possui dentro do contexto de um Trabalho de Conclusão de Licenciatura para pesquisar ou relacionar com outra comissão (ideia que cheguei a cogitar, mas rapidamente descartei).

Nessa conversa ele brincou que existiam tantas comissões que deveria existir uma “comissão das comissões”. Isso ficou em minha cabeça e fui atrás de descobrir quais outras existiam, como não encontrei essa informação no site da escola, fui até sala de Assistência aos Alunos onde solicitei e recebi um email com

as 15 (quinze) comissões ativas da escola no ano de 2023 juntamente com seus objetivos.

Além da Comissão Permanente de Diversidade e Gênero, que está sendo aprofundada neste trabalho, as comissões ativas do C.A. atualmente são: Comissão Espaço Físico; Comissão de horário; Comissão Permanente do Orçamento participativo; Comissão Trajetória Escolar; Comissão Currículo; Comissão Permanente de Formulação, Acompanhamento e Avaliação da Política de Ações Afirmativas da Educação Básica da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); Comissão Regimento; Comissão implementação/acompanhamento da nova PPI (Libras); Comissão de organização de atendimento aos estudantes e famílias; e Comissão de Permanência Estudantil, sendo essa a única que não veio com o objetivo no email.

Existem, ainda, comissões destinadas a festas e eventos que têm como objetivo organizar, divulgar e orientar os servidores e a comunidade escolar em geral para a realização de cada evento específico, que são: Comissão da Festa das Culturas e das Famílias; Comissão das Olimpíadas; Comissão da Semana da Consciência Negra; e Comissão da Mostra Científico-Pedagógica e Cultural. As Comissões e seus objetivos estão presentes no Anexo 1.

Composta por Jussara, professora de Sociologia; Marina, professora de Artes do Ensino Fundamental; Carlos, o psicólogo; Sabrina, enfermeira; Rita, a assistente social, e Maurício, coordenador da educação básica na PROGRAD. A Comissão Permanente de Diversidade e Gênero foi criada no fim de 2022 e possui um caráter de inovação na educação básica brasileira, pois surge e serve para, dentre outras funções já expostas nesse trabalho, administrar e prevenir os casos de violências de gênero que existem na escola a médio e longo prazo.

São realizadas reuniões semanais nas quartas-feiras às 10h presencialmente no Colégio de Aplicação, as quais se dividem a cada semana nas áreas de *Pesquisa* e *Comissão*. Chamarei esta última de *Ações*, a fim de facilitar a compreensão do fluxo de leitura, explicitando que ambas as áreas compõem as atividades da Comissão Permanente de Diversidade e Gênero.

O horário das quartas-feiras de manhã foi decidido pelas integrantes que participaram da primeira reunião do ano, foi o único dia e horário que todas as pessoas presentes poderiam participar. Existe um discente do terceiro ano do EM representando o grêmio estudantil (GECA) que está no grupo de WhatsApp da

Comissão, mas ele nunca chegou a ir em nenhuma reunião, pois as aulas do Ensino Médio são de manhã, o que impossibilita sua presença.

2.2.1. A Pesquisa

A área da *Pesquisa* diz respeito ao projeto de pesquisa PIBIC/EM CNPq já mencionado anteriormente, com 5 bolsistas e 1 voluntário, são estudantes dos primeiros e segundos anos do Ensino Médio e com faixa etária de 15 a 17 anos. Com início em março de 2023 e término previsto para agosto do mesmo ano, possui 5 áreas: Sociologia, Antropologia, Enfermagem, Psicologia e Artes, que são as áreas de interesse dos orientadores membros da comissão. Inicialmente Rita estava no projeto também como orientadora, entretanto um pré-requisito para exercer tal função era possuir mestrado, como esse pré-requisito não foi cumprido, a professora Jussara acabou ficando com duas áreas (Sociologia e Antropologia) e, portanto, duas orientandas.

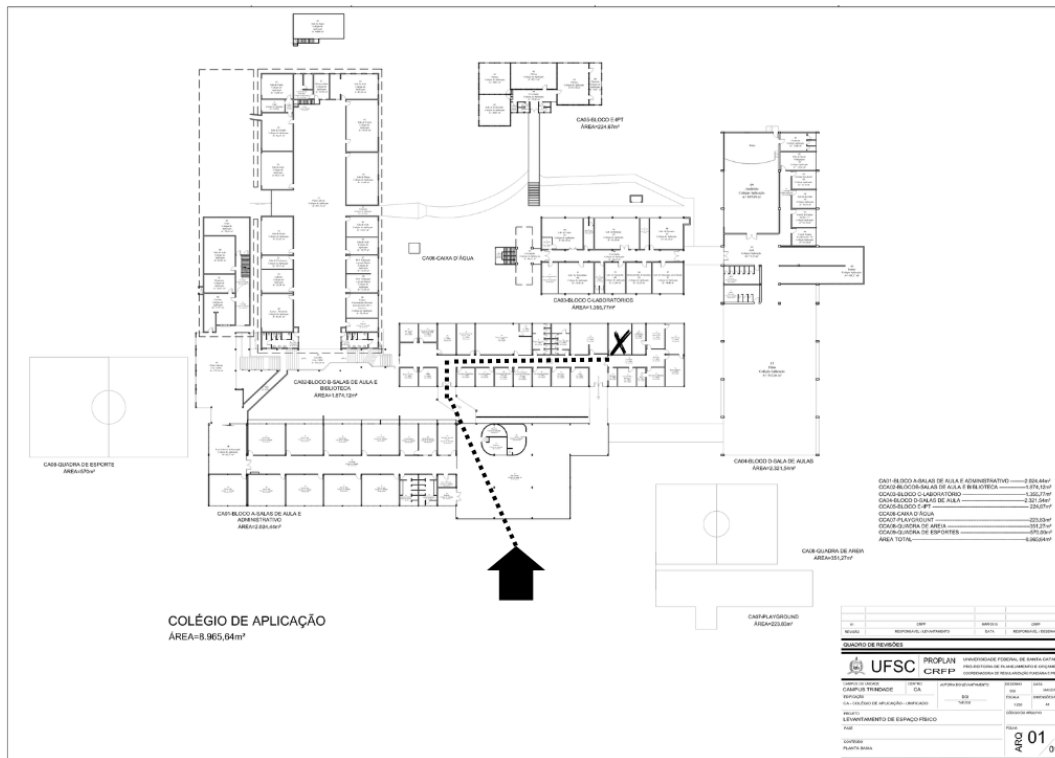
São reuniões quinzenais de planejamento da pesquisa pelas integrantes da Comissão nas quartas-feiras pela manhã e nas semanas alternadas há o encontro com as bolsistas PIBIC/EM nas terças-feiras das 14h às 16h no laboratório de Sociologia e Filosofia do Colégio de Aplicação.

Foram poucas as reuniões no formato remoto, apenas duas vezes, fora isso as reuniões aconteciam presencialmente no Colégio de Aplicação. Em múltiplas ocasiões houve dificuldade em encontrar espaço físico disponível para fazermos a reunião, realizando as ou na sala da diretora, ou na sala da assistente social, ou mesmo quando conseguíamos a Sala de Reuniões, muitas vezes precisávamos esperar todos chegarem e a sala liberar para podermos acessar, o que foi motivo de reclamações e desconforto mencionados algumas vezes. Ocorrendo situações onde demoramos quase 30 minutos para conseguir encontrar uma sala disponível para uso, o que impactava significativamente o tempo que tínhamos de encontro, visto que os horários disponíveis das integrantes eram escassos e apertados, não podendo se prolongar muito mais do que o combinado por conta de aulas ou outras responsabilidades na escola.

A sala onde foi a maioria dos encontros das quartas-feiras ocorreu na Sala de Reuniões, a qual possui uma mesa oval que cabe mais de 10 cadeiras acolchoadas,

e onde normalmente nos encontramos em 5 ou 6 pessoas sentadas em seu entorno. Ela fica localizada no térreo, dentro do Bloco Administrativo,³² próximo à sala da direção, como pode se perceber na figura abaixo, onde tracei em pontilhado o caminho que fazia até essa sala:

Figura 9: Planta do Colégio de Aplicação UFSC



Fonte: Acesso por email com um representante da comissão de espaço físico, 2023

Já no período vespertino, as reuniões da Pesquisa com o PIBIC/EM aconteciam no Laboratório de Sociologia e Filosofia quinzenalmente nas terças a tarde. Este se encontra no Bloco de Laboratórios e Salas, onde no primeiro andar ficavam localizadas as salas de Francês; de Espanhol; Alemão; o Laboratório de Linguagens; e o Laboratório de Ensino de História do Colégio de Aplicação (LEHCA). As portas de cada sala possuem desenhos, pinturas feitas por estudantes, papéis colados e identificação dos professores de cada disciplina.

³² Este bloco é, em resumo, um grande corredor onde ficam as salas de Assistência social; Enfermagem; Sala de Convivência; Coordenadoria de comunicação, divulgação e eventos; Sala multiprofissional (fonoaudiologia, terapia ocupacional e setor pedagógico de educação especial), sala de Serviço de orientação educacional; e Consultório de Odontologia; Espaço Estético; banheiro de servidores e visitantes, Sala da Direção e Sala de Reuniões.

No segundo andar ficam as salas das disciplinas³³ com os nomes de seus respectivos professores, em diversas portas estão colados adesivos ou cartazes da campanha “UFSC antirracista e antinazista”, anteriormente citadas no Capítulo 1.1. No começo, para chegar lá eu subia por uma grande rampa, passava o andar das salas de aula dos Anos Finais e do Ensino Médio - esse era o caminho que eu realizava no ano anterior para chegar na sala em que era estagiária - mas nesse caso, com o intuito de chegar no Laboratório de Sociologia e Filosofia, eu seguia o corredor de salas, em direção ao bloco de laboratórios e então subindo um lance de escadas e chegava ao meu destino. Mas com o tempo encontrei outro caminho para chegar mais rápido, passando por trás do bloco administrativo e subindo dois lances de escada, saindo do outro lado do corredor, próximo aos banheiros.

Este laboratório tem uma mesa redonda onde ficávamos alguns ao redor e outros mais perto de mesas em formato de L (eram 3), de modo que formássemos sempre um círculo não envolta da mesa, mas entre todos nós (5 da comissão e 6 estudantes).

As leituras da equipe de *Pesquisa* eram divididas em duas. A primeira eram as leituras para fundamentar sobre relações de gênero e diversidade sexual da comissão, estruturando o que o grupo entende desses conceitos e embasando teoricamente as ações. Para isso, lemos “Conceituando o gênero: os fundamentos eurocêntricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas” de Oyèrónké Oyewùmí e “Colonialidade e Gênero” de Maria Lugones.

Nesse texto, a cientista social nigeriana Oyèrónké Oyewùmí concebe gênero e categorias raciais como dois eixos fundamentais a partir dos quais as pessoas foram exploradas e as sociedades foram estratificadas (OYEWÙMÍ, 2020, p.83). A autora entende gênero, introduzido pelo Ocidente, como uma ferramenta de dominação que produz duas categorias sociais que se opõem de maneira binária e hierárquica. Em sua obra, critica conceituações feministas que universalizam as categorias “mulher” e “família” e, tecendo uma crítica aos universalismos de alguns discursos feministas, traz sua pesquisa sobre a família iorubá tradicional: uma vivência de família não genericada, visto que seus papéis de parentesco e suas categorias não são diferenciados por gênero. Ela demonstra que existem categorias

³³ As salas de disciplinas são: geografia, matemática, sala da disciplina educação especial, educação física, ciências, química, física, sala de línguas, sala de língua portuguesa, sala de história e sala de filosofia e sociologia

sociais africanas que são fluidas, extremamente situacionais e não são determinadas por tipos corporais. (OYEWÙMÍ, 2020, p.94)

Já a obra da filósofa argentina María Lugones, ao traçar um aprofundamento no conceito de colonialidade do poder de Aníbal Quijano, relaciona a naturalização das diferenças sexuais como “o outro produto do uso moderno da ciência que Quijano sublinha quando fala de “raça”” (LUGONES, 2020, p.62). A autora aponta que a lógica que estrutura gênero forma e é formada pela colonialidade do poder, e também, que precisamos considerar as mudanças que a colonização trouxe para assim “entendermos o alcance da organização do sexo e do gênero sob a força do colonialismo e no interior do capitalismo global eurocêntrico.”(LUGONES, 2020, p.62). Ou seja, em seu texto, ela caracteriza o sistema de gênero como imposição colonial e questiona de que maneira o dimorfismo sexual serviu, e serve, a essa dominação capitalista eurocêntrica.

Nessas reuniões também discutíamos qual caminho metodológico iríamos seguir com os discentes, quais critérios de busca nas bases de dados, estruturação da pesquisa, bem como quais textos iríamos ler com as estudantes.

Já a segunda frente de leitura era a respeito da conceituação para bolsistas compatível com a linguagem de estudantes do Ensino Médio: lemos com elas os textos “O perigo de uma história única”, de Chimamanda Ngozi; “Filosofia da Ciência: Introdução ao jogo e suas regras”, de Rubem Alves; o capítulo 14 do livro didático Sociologia em Movimento (2018) intitulado “Gêneros, sexualidades e identidades”; e a introdução ao capítulo 5 do Manual de Comunicação LGBTQIA+ realizado pela rede GayLatino e a Aliança Nacional LGBTI. Os textos eram disponibilizados virtualmente ou em pdf pelo Google Drive e/ou Whatsapp ou por cópia em xerox.

A pesquisa é uma área compreendida como indissociável para a CPDG, por compreender que parte do objetivo da Pesquisa é embasar as ações da Comissão, a qual tem como intuito, dentre outros, o letramento e educação para as relações de gênero. Nas palavras da escritora e ativista feminista bell hooks, quando traz suas experiências como professora, ela salienta que “o esforço coletivo de discutir questões de gênero e negritude sem censura era uma prática subversiva”. (hooks, 2019). Esta educação tem como propósito também a permanência desses estudantes, sistematicamente excluídos e expulsos do processo educacional. De acordo com Bento:

A natureza da violência que leva uma criança a deixar de frequentar a escola porque tem que trabalhar para ajudar a família não é da mesma ordem daquela que não consegue se concentrar nos conteúdos transmitidos porque é “diferente” (BENTO, 2011, p. 558).

Segundo a autora, a escola, como uma das instituições centrais no projeto de reprodução da heteronormatividade, compreende que a normalidade da existência tem como fundamento a diferença sexual, assentada no império biológico e, conseqüentemente, na genitalização das relações sociais.

Portanto, a partir da constante produção pela instituição escolar de seres abjetos e poluentes (gays, lésbicas, travestis, transexuais, e todos os seres que fogem à norma de gênero) e a desumanização do humano, culminando na reprodução e reiteração da heteronormatividade, que justamente ao cruzar os limites dos gêneros, o sujeito é colocado em uma posição de risco (BENTO, 2011, p.554). Sendo assim, há um processo de expulsão, e não de evasão, por haver um desejo de eliminar e excluir aqueles que “contaminam” o espaço escolar. (BENTO, 2011, p.555). Isto se relaciona com o que as integrantes da CPDG constroem: um projeto de escola que busca entender, lidar e prevenir essa expulsão na medida em que Colégio de Aplicação lida de forma propositiva com as demandas e necessidades que estudantes trans vêm trazendo para a escola, como apresentei no subcapítulo anterior.

2.2.2 As Ações

Nas semanas alternadas onde não eram as reuniões da Pesquisa, debatíamos e encaminhávamos as Ações da Comissão. No semestre de 2023.1 foram separadas três frentes complementares com naturezas diferentes, as integrantes podiam participar de todas as frentes, mas dependendo da frente, uns tinham maior protagonismo e funções do que outros.

A frente do *Concurso da logo* teve a professora Marina na dianteira. Com o objetivo de trazer maior engajamento e visibilidade interna à CPDG, no fim de abril passamos em sala divulgando o concurso para os estudantes do Ensino Médio, para no mês de maio ser o período de inscrição de logos. Para isso, qualquer estudante a partir do sexto ano poderia enviar expressões artísticas como desenho, arte digital, pintura, recorte e colagem, fotografia, entre outras manifestações que

expressassem os propósitos do trabalho desenvolvido pela Comissão. A imagem de divulgação do Concurso está no Anexo 2.

Em junho de 2023, as obras foram expostas no Espaço Estético do colégio, dentro do Bloco Administrativo, junto a uma grande bandeira LGBTQIA+ e onde nos primeiros dias, quando passei pelo espaço, vi várias adolescentes olhando a exposição e tirando fotos com a bandeira. Qualquer pessoa da comunidade escolar poderia olhar e participar da votação. Nos Anexos 3, 4 e 5 estão imagens das obras das estudantes expostas para o Concurso da Logo. Na figura 10, está a bandeira na exposição, ao lado cartazes explicando sobre o concurso e sobre a Comissão, e no canto à direita há uma instalação artística de uma cadeira de longas pernas.

Figura 10: Bandeira LGBTQIA+ na exposição do Concurso da Logo.



Fonte: Acervo pessoal, 2023.

Abaixo duas imagens (figuras 11 e 12): a primeira são duas estudantes olhando a exposição e tirando fotos da bandeira LGBTQIA+; já a segunda é o cartaz de divulgação do Concurso da Logo, bem como breve apresentação da CPDG. Ele está situado ao lado da bandeira LGBTQIA+ da foto acima, como pode-se perceber no canto direito da foto.

Figura 11: Estudantes na exposição fotografam a bandeira LGBTQIA+



Fonte: Acervo pessoal, 2023.

Figura 12: Cartaz de divulgação do Concurso da Logo e explicação da CPDG



Fonte: Acervo pessoal, 2023.

Outra frente de atuação é sobre as questões burocráticas e jurídicas que buscam dar legitimidade e segurança às ações da Comissão. Há tanto um incômodo com o desrespeito de professores que ignoram o pedido de alteração do nome social de estudantes, quanto um medo de denúncias de familiares ou líderes de extrema direita locais. Para contextualizar, relembro o caso de um deputado de

extrema direita que em 2019 entrou no C.A sem autorização e gravou vídeos expondo, em redes sociais, a escola e a universidade, na época em greve.³⁴ Esses foram aspectos que tangenciaram as discussões e influenciaram uma maior preocupação em ter as atitudes e posicionamentos da CPDG respaldados no Regimento Interno, o qual baseia o Projeto Político Pedagógico.

Por conta dessa preocupação, que junto a integrantes da Comissão de Regimento Interno do CA, representantes da OAB, CEVID TJSC³⁵, entre outros setores, foi criado um GT para o debate e construção coletiva de artigos para serem incluídos no Regimento. Através do propósito de contemplar os direitos das crianças e adolescentes no que diz respeito às diversidades de gênero e sexual, sempre trazendo a interseccionalidade com outros marcadores sociais da diferença. Essa perspectiva se propõe a compreender que as relações de poder são constituídas por questões referentes a raça, classe e gênero, que agem como categorias que sobrepõem-se e manifestam-se de forma unificada, afetando, assim, todos os aspectos da convivência em sociedade (COLLINS; BILGE, 2021, p. 16 apud GOMES, 2022, p. 560).

A última atualização do Regimento Interno do Colégio de Aplicação foi em 2018. Com um total de 183 artigos, foi observado pela CPDG que a palavra “diversidade” é citada apenas duas vezes. “Gênero”, “Identidade” e “Raça” não aparecem nenhuma vez e quando se fala de grupos que sofrem exclusão é tratado de maneira genérica. Nessa versão do Regimento não há objetividade na garantia de direitos de estudantes no assunto de identidade de gênero, nem mesmo de situações abusivas ou discriminatórias; não há previsão de responsabilização específica para atos de violência com discentes LGBTQIA+, negres, indígenas, ou outros segmentos que sofrem exclusão e também não existe artigo algum que fale de prevenção à violência.

Ainda que exista a Portaria 59/CUn/2015 da UFSC que desde 2015 assegura, entre outras medidas, a possibilidade do uso do nome social para pessoas trans (travestis, transexuais e transgêneros – binárias ou não) em registros, documentos e atos da vida acadêmica, em qualquer nível de ensino ou atividade

³⁴ Para mais informações ver: <https://www.apufsc.org.br/2019/09/30/colegio-de-aplicacao-lanca-nota-apos-deputado-do-psl-atacar-instituicao/>. Acesso em 9 de julho, 2023.

³⁵ Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar (CEVID) do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC).

acadêmica (MACHADO, 2020)³⁶ e o Colégio de Aplicação faça parte da Universidade Federal de Santa Catarina, quando essa questão entra na escola, a anuência da família é um fator que complexifica ainda mais a situação, pois para ter direito ao nome social, o estudante menor de idade precisa da autorização familiar, e muitas famílias mostram-se contra esse processo.

Além disso, no ano anterior, houve a primeira ação da CPDG que foi a formação sobre nome social que ocorreu no colégio apenas com profissionais da escola. No ano de 2023, em diversas e repetidas reuniões, foi discutido sobre como se daria a continuidade das atividades formativas, dessa vez com os discentes.

A operacionalidade desse contato com estudantes foi o tópico de longos encontros. Foram debatidas questões como qual seria o horário dessas atividades, logo depois do fim da aula? Depois do almoço? Qual dia da semana? Semanalmente? Quinzenalmente? Mensalmente? Ou será que as atividades deveriam ser não no contraturno, mas no turno das aulas em sala de aula? Que professor cederia a aula para falar sobre gênero? Normalmente quem libera a aula para atividades como essa são os professores das disciplinas de humanas e linguagens, não estaríamos assim reiterando uma hierarquia de disciplinas que podem “ceder aulas” enquanto outras se mostram mais inflexíveis? Ou seria solicitado a liberação de estudantes interessados em participar, perdendo uma aula enquanto o restante da turma segue com o conteúdo? Esse estudante não teria seu aprendizado afetado? Uma fala de uma das integrantes que anotei em meu diário de campo dessas reuniões foi *“talvez sejam preocupações além [do necessário], mas melhor pecar pelo excesso de cuidado, ter cuidado com exposição”*. Em muitas vezes senti que parecia estarmos dando voltas sem sair do lugar.

Decidiu-se que essas questões fossem debatidas com os próprios estudantes, com o propósito de criar um sentimento de pertencimento, de escola acolhedora. Desse modo, a Comissão passou em quase todas as turmas de Ensino Médio divulgando uma reunião com dois estudantes selecionados por cada turma durante o período de uma aula para ouvir demandas e sugestões de atividades. E em contrapartida após a reunião com a CPDG, eles voltariam para suas turmas para

³⁶ Para mais informações, acessar: <https://noticias.ufsc.br/2020/01/visibilidade-trans-campanha-ufsc-diversifica-pede-respeito-no-uso-do-nome-social/#more-206152>. Acesso em 9 de julho, 2023.

divulgar o que foi decidido de modo que incentivasse todas a participar, convidando suas colegas para colaborar.

No dia anterior dessa reunião, Rita havia estruturado um breve roteiro organizando ideias para não nos perdemos no pequeno tempo que tínhamos (a duração dessa reunião era de uma aula de cinquenta minutos). Ela pediu para lermos e mandarmos sugestões, para que assim todos estivéssemos alinhados nos objetivos do grupo e do que faríamos no dia. Carlos sugere um adendo, ele propõe trazer uma compreensão rápida do porquê, da existência da comissão, que para ele, *“perpassa pela violência”*. Ele escreve:

"Partimos de uma compreensão de que a nossa sociedade é estruturada numa divisão de classes, de gênero-sexualidade, de raça e de capacidade. Essa divisão cria uma hierarquização, fazendo com que haja pessoas consideradas normais ou hegemônicas, e pessoas consideradas subalternas ou inferiores. A raiz dessa divisão na sociedade ocidental perpassa necessariamente pelo patriarcado e pelo racismo, que gera a divisão social, sexual e racial do trabalho, a cisheteronormatividade, a opressão sobre as mulheres... Que na prática é a sociedade marginalizar e/ou violentar pessoas por suas características de gênero, sexualidade, raça e capacidade. Há pessoas-corpos que são vistos como objetos, como abjetos, e que devem ser mortos ou deixados para morrer." (Trecho retirado do grupo de Whatsapp "C. Perm Gênero Diversdd". 27 de abril)

No fim da mensagem, Carlos afirma que considera fundamental *“definirmos da onde partimos em relação às violências e a necessidade de combatê-las. É um posicionamento ético-político né”*. O modo como a Comissão Permanente de Diversidade e Gênero vê o papel de suas ações, bem como o papel da escola é explicitado na fala do psicólogo escolar. A escola é tida como um campo em disputa, e as ações da comissão são orientadas por um posicionamento ético político de transformação radical nas relações de saber/poder. Isso ocorre na medida em que se relacionam com Lugones (2020) e Oyewumi (2020) lidas e tidas como base para compreensão de gênero e colonialidade, e também, na vontade de questionar

O dia da reunião da CPDG com os estudantes foi em 27 de abril de 2023, no período da quinta aula, logo após o intervalo. Jussara e eu arrumamos as cadeiras da sala para que se formasse um círculo enquanto os estudantes chegavam. São onze turmas de Ensino Médio: três de primeiros anos, quatro de segundos e quatro de terceiros; portanto, como foram solicitados dois estudantes por sala, era para ser vinte e dois estudantes se fossem todas as pessoas representantes; quando contei eram dezesseis. Destes, eu conhecia quatro: dois eram estudantes que acompanhei no ano passado no segundo ano B e agora estão no terceiro ano B (e fazem parte

do grupo de estudantes que menciono neste trabalho), e duas das bolsistas do PIBIC/EM que acompanhei pela *Pesquisa* da Comissão, ambas de turmas dos segundos anos. Por conta do choque de horários com outras funções na escola, Marina e Sabrina não puderam comparecer, participando no dia Jussara, Carlos, Rita e eu.

Iniciamos com uma rodada de apresentações, havia uma gama de diversidades presentes naquele espaço, de gênero, raça, orientação sexual, PCDs³⁷, etc. Nesta reunião, alguns estudantes comentaram que é importante que esses assuntos não aconteçam apenas nas aulas de Sociologia mas em outros espaços também. Um estudante comenta que depois que tiveram algumas aulas sobre “*esses assuntos, gênero, assédio, etc*” na aula, ele viu mudanças entre colegas, outros colegas comentam que é preciso conscientizar estudantes e também professores. É falado sobre trazer esses tópicos para a sala de aula porque tem gente que não vai por vontade própria, tem gente que fica desconfortável com o debate porque vê que está errado. Eles também levaram demandas de que queriam acolhimento, um lugar seguro para se conhecer enquanto pessoa LGBTQIA+, dissidente. Queriam que as formações fossem para todas as pessoas.

Depois desse diálogo com discentes, é decidido formar um Grupo de Acolhimento no contraturno, que chega a acontecer apenas uma vez em 2023.1 e só foram dois estudantes (a imagem de divulgação desse dia está no Anexo 6). Sobre a formação com todas as colegas, este ainda é um tópico em aberto, entretanto no momento em que realizei o campo, a CPDG estava com os esforços mais focados na área da Pesquisa e da reformulação do Regimento Interno, o final de trimestre e a sobrecarga de funções foram fatores que impactaram o andamento e discussão de algumas ações. Além disso, em julho o Presidente da Comissão, o psicólogo Carlos, entrou de licença para realizar seu doutorado, desse modo, saindo das atividades do colégio.

No último dia em campo, em 11 de julho, vi que duas pessoas entraram no grupo do Whatsapp da Comissão, mais tarde vi no grupo que Rita é quem está ocupando o cargo de presidência da Comissão. Ou seja, a configuração da Comissão do tempo em que realizei o campo em 2023.1 já é diferente do que será em 2023.2, o que evidencia o caráter de constante mudança e construção.

³⁷ Pessoa com Deficiência

3. Conflitos em campo

Como mostrado no Capítulo 1, as visões sobre a escola não são um consenso, e se antes eu trouxe uma perspectiva de “diversidade”, participação e engajamento, essa, lógico, não é a única face/realidade de estudantes no colégio aqui apresentado.

As variações também se encaixam no quadro de seus princípios gerais. Por isso, contextualizei o cenário brasileiro, e em especial catarinense, a respeito da influência do conservadorismo e seu papel na imposição do medo com o consequente freamento nas políticas educacionais sobre gênero e sexualidade. Busquei relacionar com o fato de que como a escola não está alheia à sociedade, pelo contrário, ela pode ser compreendida como um simulacro das relações sociais que se estabelecem fora dela, se há um discurso aliado a prática violento e conservador em voga em nossa sociedade, isso não tem como não aparecer na esfera escolar.

Nesse caminho, me inspiro na metodologia dos autores da Escola de Manchester, que surge como crítica ao modelo clássico da antropologia britânica. Antes, a escola estruturalista possuía ênfase significativa na uniformidade, de forma que as variações eram ignoradas nas abstrações da análise estrutural, pressupondo a existência de uma homogeneidade (VELSEN, 2010 p.449). Já a Escola de Manchester, além da ênfase baseada na participação plena do pesquisador na pesquisa de campo, trouxe outras maneiras de apresentar e de lidar com as informações etnográficas e com as “exceções” das estruturas.

Essa escola procurou relacionar “os desvios das regularidades estruturais às regularidades de outra ordem, especificamente a interpretação de um sistema social em termos de normas conflitantes.” (VELSEN, 2010, p.456) para isso, partem da concepção de que os sistemas sociais estão em construção contínua e são criados no embate/confronto contínuo (LOPES, 2022, p.97). Ou seja, o conflito é compreendido como um elemento integrante e corriqueiro das relações sociais, logo, não deve ser deixado de lado na análise.

Parto do conceito de “análise de situações sociais” do antropólogo Jaap Van Velsen onde, por meio do desenvolvimento de um estudo microscópico e detalhado de relações sociais, o material etnográfico é assimilado como centro da análise.

Desse modo, evidencia-se a riqueza e potencialidades desta abordagem no estudo de situações sociais, bem como destaca a “observação do comportamento concreto de indivíduos, a efetivação de suas ações, o estabelecimento das interações e as estratégias acionadas em contextos específicos” (LOPES, 2022 p.98).

Nesse sentido, o presente capítulo traz situações que vivi em campo e que vão de encontro com a compreensão de um outro lugar aos desvios das regularidades. Se mostrei na epígrafe deste trabalho que para Bento “a escola não é uma ilha” e se na sociologia da educação da França nos anos 60 muito se discutiu o impacto da evasão escolar na trajetória de estudantes da classe trabalhadora, Bento ressalta a que a evasão de estudantes dissidentes por conta da LGBTQIA+fobia ocorrem através de outros mecanismos. E que, portanto, exigem outras análises, posicionamentos e medidas. Se não houvesse situações como o caso da arma que trarei no capítulo 3.2 ou discursos que acionam tabus morais dentro do coletivo de profissionais da comunidade escolar, como trarei em 3.2, não teria porque existir a necessidade de criação de uma comissão permanente para “Implementar uma política de garantia de direitos, acolhimento, prevenção e enfrentamento às violências no que diz respeito às relações de gênero no Colégio de Aplicação/UFSC”.

3.1 “Vale o ônus de entrar em conflito com a família?”

No dia 24 de maio de 2023, na Sala de Reuniões, foi realizada a primeira reunião do “Grupo de Trabalho (GT) Regimento C.A.” pertencente à Comissão Permanente de Diversidade e Gênero (CPDG). Ela teve como objetivo analisar o Regimento Interno do Colégio de Aplicação e construir artigos que estejam alinhados com a defesa dos direitos das crianças e adolescentes LGBTQIA+. Nesse dia havia onze pessoas: as integrantes da CPDG Marina, Sabrina, Carlos, Rita, Jussara e eu, juntamente com representantes de diversos setores: Comissão de Regimento Interno do CA, advogada da OAB³⁸, representante do ECA³⁹, entre outros.

Rita e Jussara iniciaram contextualizando a criação e objetivos da CPDG e apresentaram slides contendo um olhar aguçado em cima do Regimento no que

³⁸ Ordem dos Advogados do Brasil.

³⁹ Estatuto da Criança e do Adolescente.

concerne às questões de gênero e sexualidade. Durante os slides Carlos comenta que *“até hoje desconhecemos outras escolas que tem isso [o debate de gênero] no regimento”*. Sabrina complementa e explica que já existe a Portaria 59/CUn/2015 na UFSC que trata do nome social nos documentos internos, mas que não se aplica no C.A, ela relata que existe uma demanda das estudantes quando os pais não aprovam identidades dos filhos que sejam dissidentes a heteronorma.

Essa demanda também apareceu no dia em que tivemos a reunião com as estudantes para receber sugestões das atividades da Comissão. Um estudante, que na apresentação disse ser uma pessoa trans, comenta sobre o sigilo na escola, que quando pediu para colocar nome social, a escola contou para a família, e que isso não aconteceu só com ele. Ele comenta que quando sua família ficou sabendo do pedido pela escola, não houve problemas porque alguns familiares já sabiam, mas mesmo assim ele não queria que isso tivesse acontecido. Ele comenta que poderia acontecer com alguma estudante onde a família fosse contrária e, portanto, reagisse de forma ruim, mudando a aluna de escola ou até de cidade, que poderia alegar que a escola estaria abrindo espaço para “essas coisas” acontecerem. Ele ressalta que a escola precisa ouvir o que a própria aluna quer.

Depois da fala de Sabrina quando entramos no tópico sobre nome social e consentimento da família, é comentado sobre o caso de uma estudante trans de onze anos que solicitou mudar o nome nos documentos da escola e a família apoiou. O embate ocorre quando é questionado o que fazer quando a família se mostra contrária à escolha/pedido do/a/e filho. Ângela⁴⁰ trabalha no setor pedagógico do Colégio de Aplicação e está na reunião pois compõe e representa uma das comissões convidadas a participar. Com esse cenário de fundo, ela pergunta *“até que ponto vale a pena enfrentar a família?”* e explica que *“estuda muito pedagogia... mas também é mãe, também é família”*. Ela afirma que não sabe como seria se os filhos que gerou quisessem mudar o nome que ela cuidadosamente escolheu. No fim de sua fala, Ângela expõe sobre *“preocupação quando algo novo se coloca”*.

Esse receio de “não saber como reagir” aos filhos que hipoteticamente mudariam o nome não se refere exclusivamente à mudança do nome civil, mas carrega consigo toda a quebra de expectativas de gênero que essa ação traz.

⁴⁰ Nome fictício

Novamente, como fundamentado no Capítulo 1, desobedecer às normas de gênero é ser posto em risco. Berenice Bento explica que o mundo infantil se constrói sobre proibições e afirmações que são reiteradas por meio de um controle minucioso na produção da heterossexualidade. Isso ocorre desde o nascimento, quando somos apresentados a uma única possibilidade de construirmos sentidos identitários para nossas sexualidades e gêneros (BENTO, 2011, p.552). Para a autora, essa pedagogia dos gêneros hegemônicos tem como objetivo preparar os corpos para a vida referenciada na heterossexualidade:

O corpo da criança se inscreve naquilo que Paul B. Preciado (PRECIADO; NOGUEIRA, 2013) coloca como um 'artefato biopolítico' trazendo suas leituras foucaultianas – para garantir a normalização de sua identidade adulta, este é policiado desde tenra idade e permeado por normas que irão dar forma à heterossexualidade, compulsoriamente. (SANTOS; VIEIRA; SILVA, 2021, p.159).

A fala de Ângela também evidencia um cálculo político moral: o conflito vale a pena? E aqui indago, pra quem vale (ou não) a pena? O que se perde se não é travado essa disputa? Quem perde? Afinal, sem esse posicionamento que o Colégio de Aplicação, ao criar uma Comissão de Diversidade e Gênero está tentando construir, as coisas só permanecem como estão, as desigualdades e violências de gênero se mantêm. Justamente porque respeitar as escolhas de estudantes que exercem sua subjetividade, é um posicionamento político a favor de suas autonomias e contra a evasão e expulsão desses corpos dissidentes. Esses, são atacados na medida em que questionam e tentam fugir do “do cárcere dos corpos-sexuados” imposto pelas normas de gênero:

Há um heteroterrorismo a cada enunciado que incentiva ou inibe comportamentos, a cada insulto ou piada homofóbica. Se um menino gosta de brincar de boneca, os heteroterroristas afirmarão: “Pare com isso! Isso não é coisa de menino!”. A cada reiteração do/a pai/mãe ou professor/a, a cada “menino não chora!”, “comporta-se como menina!”, “isso é coisa de bicha!”, a subjetividade daquele que é o objeto dessas reiterações é minada. (BENTO, 2011 p.552).

Sobre esse mesmo tópico, uma professora que eu não conhecia e estava à minha frente na mesa, afirma que *“enquanto professores precisamos ter um olhar sensível, que podemos auxiliar ou prejudicar o processo, ao mesmo tempo tem muito modismo”* (a respeito do nome social em menores de idade). Posteriormente

ela continua: “o C.A. tem finalidades diferentes de outras escolas, às vezes a gente quer ser muito progressista e se perde no caminho, perde as pessoas”

Os comentários apresentados mostram preocupações de algumas participantes da reunião para que não haja “modismos” ou de ser “cedo demais” para uma “escolha assim”. Aqui, a autonomia da criança e do adolescente passa para um segundo plano quando se considera que a possibilidade de quebra com a heteronormatividade é um risco maior que a possível e provável violência que essa estudante já passa. Como se essa aluna tivesse que esperar sua identidade “estar formada” para só então poder reivindicar ser respeitada - mesmo na vida adulta, batalhas diárias são travadas para que as vidas de pessoas trans e travestis sejam respeitadas. Basta olharmos os dados: a expectativa de vida de pessoas trans no Brasil é de 35 anos e há mais de dez anos o Brasil é considerado o país que mais mata pessoas trans e travestis no mundo.

Essas visões vindas de profissionais da comunidade escolar, reproduzem a ideia de heteroterrorismo que Bento e os objetivos da Comissão criticam. Ao problematizar a visão patologizante das identidades, terminamos por encontrar as normas de gênero, pois “são justamente elas que possibilitam a emergência de conflitos identitários com essas mesmas normas” (BENTO, 2011, p.558). E aqui parto da compreensão de Bento de que:

Portanto, não se trata de “saber conviver”, mas considerar que a humanidade se organiza e se estrutura na e pela diferença. Se tivermos essa premissa evidente, talvez possamos inverter a lógica: não se trata de identificar “o estranho” como “o diferente”, mas de pensar que estranho é ser igual e na intensa e reiterada violência despendida para se produzir o hegemônico transfigurado em uma igualdade natural.” (BENTO, 2011, p.556)

Existem avanços que não estão contidos no regimento, como o fato de que não é citado o ECA. Enquanto líamos os slides, na parte do regimento em que se desenvolve “da natureza, da finalidade, dos objetivos e da prática pedagógica”. Sabrina pergunta “e dos PRINCÍPIOS?” que tal dos direitos humanos e do ECA?”, ela comenta que no ECA é tratado sobre o direito ao respeito, à inviolabilidade da identidade, imagem, autonomia, valores, ideias e crenças da criança e do adolescente; que podemos postular isso. Comentam também sobre ter a fundamentação da lei Maria da Penha na escola.

Rita mostra sobre as infrações que a escola condena, ela apresenta que não é que o regimento não dê conta de dizer as infrações, é que ele é omissivo com outras pautas, ele escolhe o que é importante pautar. Como apresentei no capítulo dois no subcapítulo “As Ações”, onde mostro que até então no Regimento Interno (última vez atualizado em 2018) não há responsabilização à violências contra estudantes LGBTQIA+, negres e indígenas, bem como nenhum artigo que mencione prevenção à violência.

Nessa reunião, Rita fala que *“estamos aprendendo a lidar, enquanto escola a gente vai errar muito, é normal do processo, só erra quem está tentando fazer”*. Isso me lembra o que bell hooks escreve sobre um novo tipo de educação, uma *educação como prática da liberdade* onde *“as contradições são abraçadas como parte do processo de aprendizado, parte daquilo que a pessoa luta para mudar - e essa luta, muitas vezes leva tempo”* (hooks, 2019, p.80)

O encerramento do GT da Comissão a respeito da análise e alterações do Regimento Interno ocorreu após a última etapa de revisão dos artigos no dia 18 de agosto de 2023.

3.2. “Se eu for, levo uma arma junto”

Durante o tempo em que realizei o campo nas reuniões da CPDG deste ano, conversamos diversas vezes sobre realizar atividades com estudantes, mas havia uma certa dificuldade em decidir como e quando, como apresentei no capítulo 2 deste trabalho. Por isso, a fim de atender suas reais demandas, foi de compreensão da Comissão que as próprias estudantes deveriam fazer parte da construção dessas atividades. Deste modo, foi decidido passar em sala convidando dois representantes por turma do Ensino Médio para uma reunião onde conversaríamos e receberíamos sugestões acerca das próximas ações da Comissão.

Essas estudantes não necessariamente seriam as representantes de turma, e discutimos isso em reunião justamente por existir a possibilidade dos representantes de sala não serem pessoas interessadas nessas temáticas e que isso afetaria a construção de um espaço livre e acolhedor. Enquanto, por outro lado, poderíamos abrir espaço para outras pessoas discentes que gostariam de participar e que pudessem ir. Assim, em 26 de abril de 2023, as integrantes da Comissão

Permanente de Diversidade e Gênero do Colégio de Aplicação passaram nas salas de aula das turmas de Ensino Médio divulgando a reunião para conversarmos e recebermos encaminhamentos para as ações da Comissão. Além disso, também passamos para divulgar o Concurso da Logo, o qual expliquei no Capítulo 2.

Cheguei por volta das 10:30 da manhã para a passagem de sala, o horário que o intervalo acaba e as estudantes voltam para a aula. Das integrantes da Comissão que foram nesse dia são: Jussara, Carlos, Marina e Rita (assistente social, a conheci pessoalmente nesse dia, antes só havíamos nos visto por chamada de vídeo) e eu. A Comissão já havia avisado as professoras que durante esse horário iríamos passar em sala, logo, elas já sabiam da passagem em sala e nenhuma apresentou nenhum tipo de recusa ou incômodo com pararmos alguns minutos da aula para darmos os recados. Algumas professoras ficavam mais em silêncio enquanto ouviam, outras apenas concordavam com a cabeça. O primeiro professor é o único que chega a dar uma fala sobre a importância de colaborar e construir esses espaços, que só tem sentido se as estudantes construírem juntos.

Em algumas salas as/os/as estudantes ficavam em silêncio apenas ouvindo, em outras havia algumas participações, perguntas, comentários apoiando, dizendo que iam participar do concurso; em uma turma perguntaram se podia ir mais de duas estudantes para a reunião porque muitas estavam interessadas em participar.

Em uma das turmas onde várias pessoas interagiram e pareceram interessadas na Comissão, houve a situação que trarei agora. Ela aconteceu assim que nós da Comissão saímos da sala. Quando acabou a passagem, a maioria de nós saiu e, como a sala era perto do fim do corredor, fomos próximo à janela, longe da porta. Nisso, Jussara demorou um pouco para voltar. Eu nem havia reparado, quando voltou logo depois, pensei que a demora tinha se dado porque ela estivesse tirando alguma dúvida. Eu não vi nem ouvi nada, pois estava do lado de fora da sala, falei aqui o que eles as integrantes presentes no momento disseram assim que saíram de sala.

Pouco antes de sair da sala, Jussara lembrou às estudantes que deveriam enviar até o fim do dia quais eram as duas estudantes escolhidos para representar a turma na reunião do dia seguinte. Nesse momento André, um estudante gay, faz um comentário em tom de piada dizendo *“ah tem que ir o Daniel e o Marcos”* no que prontamente Daniel responde *“se eu for, levo uma arma junto”*.

Jussara ouviu essa interação e respondeu para a sala que *“brincadeiras descontextualizadas também são violência de gênero”*. Quando ela nos fala, em sua visão, tanto André (quem fez a piada) quanto Daniel (quem falou da arma) cometeram violências em suas falas. Aí entram divergências a respeito da compreensão dessas violências dentro das integrantes da Comissão. Como não conheço nenhum dos envolvidos eu peço para que me expliquem melhor a situação, afinal quem são eles e por que disseram o que disseram?

É dito que Daniel é um “estudante hétero e homofóbico” já reconhecido por isso pela turma. Jussara diz que o que André fez de colocar Daniel em uma caixinha e já esperando certas atitudes dele, não apenas não colabora com o debate, mas é também um tipo de violência, porque tira a agência de uma possível mudança de Daniel. Carlos fala que para ele não é bem assim, que André não colocou os colegas em uma caixinha e sim reagiu em forma de piada às violências que ele sofre por ser um estudante LGBTQIA+ e que não é ele quem cria nem limita essas caixas.

Parece haver um embate teórico, metodológico e político nesse momento. O que a Comissão entende como violência? Como agressão? Primeiro, é necessário partir do princípio de que violência é uma categoria polissêmica e aqui parto da compreensão de Cardoso de Oliveira de que violências são sempre agressões morais: “O insulto moral revelou-se um aspecto importante dos conflitos (...) e, em vista de sua aparente “imaterialidade”, tendia a ser invisibilizado como uma agressão que merecesse reparação” (OLIVEIRA, 2008 p.136). Nesse momento, houve uma divergência na forma de enquadrar, e por consequência, administrar, esse caso de conflito, visto que existe um conjunto de moralidades que agem na tomada dessas decisões. Enquanto uma comissão que se propõe a lidar com as questões escolares sobre diversidade e gênero, como se deve pensar em violência de gênero, sem situar o que é violência e o que é gênero? Afinal, violência de gênero é uma categoria em construção e em conflito.

Depois desse dia, em nenhum outro momento é falado sobre a arma, essa ameaça de violência letal. Ela existe? Alguém da família tem uma arma em casa? Essa fala se repete em outros momentos? Entre os profissionais parece haver divergências entre considerar Daniel um estudante hétero e/ou homofóbico. De onde vem essa piada de André? Não é uma discussão de fato, às vezes pelos profissionais virem de áreas diferentes, palavras e conceitos diferentes são

utilizados onde em muitos casos está sendo dito o mesmo de formas diferentes. Não sei o quanto isso realmente aconteceu aqui, mas vi bastante nas reuniões que debatemos metodologia da pesquisa do PIBIC/EM.

Percebo que existem muitas pequenas porém simbólicas questões que aparecem como divergências constantemente: sobre flexibilizar critérios ou não; sobre se estão sendo demasiadamente burocráticos ou se a burocracia é necessária para conseguir certas legitimidades; sobre as atividades da comissão utilizarem aulas de outras disciplinas ou não; de tentar incluir todas as pessoas estudantes e para isso não fazer as atividades no contraturno porque exclui quem não pode ir, ao mesmo tempo, no turno das aulas é ainda mais difícil para acontecer por conta de burocracias internas. São escolhas políticas que não são simples nem fáceis de serem feitas. Se o colégio está sendo inovação com uma comissão de diversidade e gênero, será se não cabe travar a disputa por espaço em aula? De colocar isso antecedendo disponibilidade e interesse de professor, mas no currículo e calendário escolar?

Até o dia em que finalizei o campo, a única atividade realizada diretamente com as estudantes foi uma Roda de Acolhimento, no contraturno, à tarde. No dia, foram apenas dois discentes da escola. Um dos estudantes da turma que fui estagiária chegou a ir no dia, na semana seguinte quando nos esbarramos pelo corredor, perguntei o que ele achou do dia e ele disse que podia ter ido mais gente, mas que ele gostou da dinâmica, gostou de ouvir e ser ouvido. Ele disse que alguns amigos e colegas queriam ter ido, mas ou estavam trabalhando, ou indo em reforços também no contraturno, pois naquela época estavam em provas. Era para ter tido mais uma Roda de Acolhimento, duas semanas depois, mas por conta da sobrecarga dos profissionais da Comissão, junto com choques de horários, esta acabou por ser remarcada para outro momento.

Considerações finais

Neste trabalho, busquei descrever como o Colégio de Aplicação da UFSC articula um projeto que lida abrangentemente sobre as violências e relações de gênero de forma propositiva. Focando a etnografia na organização e atividades da Comissão Permanente de Diversidade e Gênero no primeiro semestre de 2023, seus planos de atividades formativas (ainda em andamento), bem como o contexto anterior de sua criação como política permanente: suas ações contra assédio (no caso do #Exposed) e transfobia no ambiente escolar colégio.

Pude observar as possibilidades e impossibilidades dentro da Comissão, na vontade política de fazer, de entender que esse é um trabalho imprescindível na construção de uma escola inclusiva para todas as pessoas, e que esse não é um processo simples ou fácil, todas as integrantes compreendem a importância do que fazem e levam o trabalho a sério. É um constante trabalho burocrático que vem da necessidade de segurança para prevenir possíveis exposições e conseqüentemente vulnerabilidades que o contexto atual exige, ao mesmo tempo em que legitima as futuras ações e exigências da Comissão por possuírem um respaldo legal.

Conjuntamente, as demandas são contínuas e a sobrecarga é notável, a Comissão começou com a defesa do direito ao nome social, mas se expandiu para outras questões também extremamente necessárias, como o projeto PIBIC/EM com 5 bolsistas, o Concurso de Logo para divulgação interna da CPDG, o espaço de Rodas de Acolhimento, e a discussão sobre atividades formativas com discentes acerca do letramento sobre gênero e violências. Comparado ao ano passado, onde a Comissão estava recém se estabelecendo e conseguiu realizar uma formação para os professores e técnicos do colégio, é perceptível seu rápido crescimento.

Esse foi o primeiro trabalho que escolhi seguir uma linguagem que questiona normas e padrões fixos da língua portuguesa, tive algumas questões, dificuldades e muita conversa com amigas e colegas da pesquisa, seja sobre usar nome real ou trocar para fictício; ou principalmente, seja quais os pronomes e linguagem usaria nesse trabalho. Um trabalho onde aparece e é discutido sobre dissidência, sobre pessoas que rompem as normas binárias de gênero. A linguagem que utilizei neste trabalho ao usar o feminino de maneira genérica (me referindo “às pessoas”) também questiona essas normas, pois na medida em que parto de que a linguagem

é viva, como esse texto seria falado no masculino se as grande maior parte das agentes e histórias que estão sendo contadas não o são?

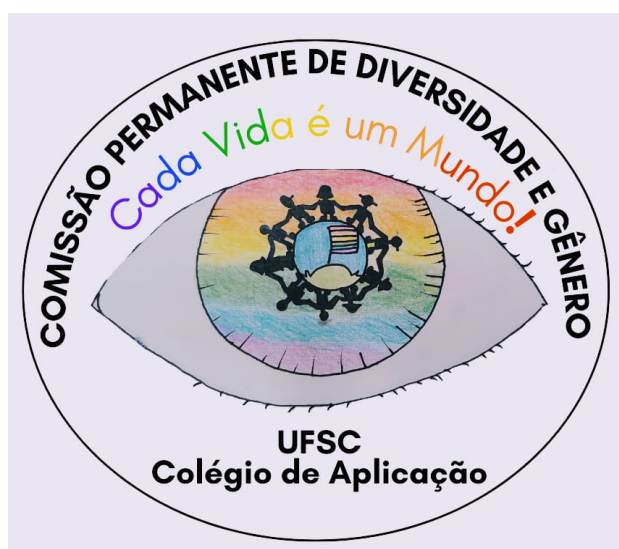
Essa pesquisa buscou refletir como a escola pública, em especial o Colégio de Aplicação, se posiciona diante das diferenças. Como resposta aparecem variadas iniciativas para lidar com diferentes formas de violências e silenciamentos diante de ações discriminatórias contra identidades sexuais e de gênero dissidentes, como apontam também os questionamentos das autoras Welter e Grossi (2018) em capítulos anteriores.

O contato que tive com as integrantes da Comissão no tempo em que fiz o trabalho de campo, a ternura em me receber e ouvir minhas opiniões, e também a vontade do grupo em disputar esses espaços no chão da escola são o que orientam o presente trabalho. Aprendi a valorizar o acesso ao espaço e o acesso à informação que a possibilidade de pesquisar nessa escola me deu. Isso é democrático. Reforço a relevância não só da manutenção da atuação das Ciências Sociais nas escolas, como da ampliação da Antropologia no Ensino Médio, como mostrei nas ações do Papo Sérió e da CPDG; e em campo quando trouxe que várias estudantes falaram diversas vezes sobre como os debates de gênero só eram vistos e tratados nas aulas de Sociologia.

Pósfácio

Depois de finalizado o campo e enquanto eu escrevia este trabalho, em 8 de agosto de 2023 o Conselho Universitário da UFSC aprovou a Política Institucional de Ações Afirmativas para População Trans⁴¹. Essa política abrange do ensino básico à pós-graduação, garantindo reservas de 2% das vagas de graduação e pós-graduação e 1% em concursos públicos a pessoas trans (termo utilizado na resolução como guarda-chuva que engloba pessoa transexual, travesti, transmasculina, transgênera, não binária), bem como acesso prioritário a editais de assistência estudantil. A Resolução contempla também o combate e prevenção à violência transfóbica, prevendo a promoção de campanhas, programas e ações educativas, assim como adequações de infraestrutura, com implantação de banheiros e vestiários inclusivos, entre outras ações.

Além disso, também após o fim do campo, no final de agosto, a logo definitiva da CPDG foi divulgada e atualmente é a foto do grupo de Whatsapp da Comissão. O desenho é de um olho com várias pessoas ao redor da pupila, sendo essa um mundo ou círculo com a bandeira LGBTQIA+ tremulando. Ao fundo estão as cores do arco íris pintadas de giz de cera, acima está escrito “Cada Vida é um Mundo”, também com fonte colorida, e em caixa alta com fonte preta está o nome da comissão: “Comissão Permanente de Diversidade e Gênero. UFSC Colégio de Aplicação”



⁴¹Sobre esse assunto ver em: <https://www.apufsc.org.br/2023/08/10/saiba-como-vai-funcionar-a-politica-de-cotas-para-pessoas-trans-e-travestis-na-ufsc>. Acesso em 14 de agosto, 2023.

REFERÊNCIAS:

BASILIO, Ana Luiza. Escola Sem Partido anuncia o fim de suas atividades. **Carta Capital**, 19 de julho. 2019. Educação. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/educacao/escola-sem-partido-anuncia-o-fim-de-suas-atividades/>. Acesso em 9 de julho de 2023.

BATTISTELLA, Clarissa. Professor de Rio Negrinho deixa a cidade após ataque por trabalho sobre diversidade em escola. **NSC Total**, 22 de julho, 2021. Joinville e Região. Disponível em: <https://www.nsctotal.com.br/noticias/professor-de-rio-negrinho-deixa-a-cidade-apos-ataque-por-trabalho-sobre-diversidade-em>. Acesso em 9 de julho, 2023.

BENTO, Berenice. Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. **Revista de estudos Feministas**, v. 19, n.2, p. 549-559, 2011.

CANDEIA, Lais Rodrigues; FURLIN, Neiva. O avanço do neoconservadorismo no Brasil: a agenda antigênero para a educação nos projetos legislativos apresentados na Câmara dos Deputados (2011-2022). **Revista Educación, Política y Sociedad**, [S/L.], v. 8, n. 2, p. 94–120, 2023. Disponível em: <https://revistas.uam.es/reps/article/view/17561>. Acesso em 9 de julho de 2023.

CAMPUS da UFSC em Blumenau promove campanha de arrecadação de absorventes. **Notícias da UFSC**, 4 de maio. 2023. Disponível em: <https://noticias.ufsc.br/2023/05/campus-da-ufsc-em-blumenau-promove-campanha-de-arrecadacao-de-absorventes/>. Acesso em 9 de julho de 2023.

COLÉGIO DE APLICAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. **Projeto Político Pedagógico**. Florianópolis: CA/UFSC. 2019. Disponível em: <https://capl.paginas.ufsc.br/files/2020/09/Projeto-Político-Pedagógico-do-Colégio-de-Aplicação-CED-UFSC-2019-1.pdf>. Acesso em: 28 junho, 2023.

_____. **Regimento Interno**. Florianópolis: CA/UFSC. 2018. Disponível em: https://capl.paginas.ufsc.br/files/2022/04/REGIMENTO_CA_SUMARIO-Para-publicar.pdf. Acesso em: 28 junho, 2023.

COLÉGIO de Aplicação lança nota após deputado do PSL atacar instituição. **APUFSC Sindical**. 30 de setembro, 2019. Notícias. Disponível em: <https://www.apufsc.org.br/2019/09/30/colégio-de-aplicacao-lanca-nota-apos-deputado-do-psl-atacar-instituicao/>. Acesso em 27 de julho, 2023.

CORDEIRO, Anderson Gabriel; PIRES, Larissa Teixeira. **Papo de Mulher, de Homem e Juntas: Investigando ações envolvendo prevenção à violência de gênero no Colégio de Aplicação da UFSC**. Pesquisa de Campo de Estágio Supervisionado I. UFSC, Florianópolis, 2022.

GOMES, Lunara Caroline Nascimento. A interseccionalidade para além da academia: a práxis crítica dos movimentos de mulheres. **Antropolítica: Revista Contemporânea De Antropologia**, v. 54, n. 3, Niterói, p. 559-565, 2022. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/antropolitica/article/view/55372/33159>. Acesso em 9 de julho, 2023.

GROSGOUEL. Ramón, A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI - **Revista Sociedade e Estado** – Volume 31 Número 1 Janeiro/Abril 2016

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. Ed. Martins Fontes, ed 2. São Paulo, 2019

IEG/UFSC. **Instituto de Estudos de Gênero**. 2023, Todos os direitos reservados. Disponível em: <https://ieg.ufsc.br/>. Acesso em 9 de julho, 2023.

LIMA, Maria do Socorro; PIMENTA, Selma. Estágio: diferentes concepções. In: _____. **Estágio e docência**. Coleção Docência em formação. São Paulo: Ed. Cortez, 2004. p. 31-57.

LOPES, Moisés. (2022). A escola de manchester e a análise da situação social: um experimento de “estudo detalhado de caso” na parada da diversidade sexual de Cuiabá de 2013. *Revista Nanduty*, 10(15), 95–112. Disponível em: <https://doi.org/10.30612/nty.v10i15.16254>. Acesso em 28 junho, 2023.

LUGONES, Maria. Colonialidade e Gênero. in (org) HOLLANDA, Heloisa Buarque de. **Pensamento feminista hoje, perspectivas decoloniais**. Ed Bazar do Tempo, Rio de Janeiro, 2020.

NIGS. **Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades**. 1991 - 2023. Disponível em: <https://nigs.ufsc.br/>. Acesso em 20 de agosto, 2023.

MACHADO, Caetano. Visibilidade Trans: campanha UFSC Diversifica pede respeito no uso do nome social. **Notícias da UFSC**, 27 de janeiro, 2020. Comunidade. Disponível em: <https://noticias.ufsc.br/2020/01/visibilidade-trans-campanha-ufsc-diversifica-pede-respeito-no-uso-do-nome-social/#more-206152>. Acesso em 13 de julho de 2023.

MACHADO, Katia. Escola sem partido X Escola sem mordaza. **Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio**. 15 de fevereiro. 2022. Reportagem. Disponível em: <https://www.epsjv.fiocruz.br/noticias/reportagem/escola-sem-partido-x-escola-sem-mordaca>. Acesso em 11 de julho de 2023.

MONTEIRO, Carolina. 'Só com a educação a gente sabe que consegue ter melhores chances na vida': os 15 anos das cotas étnico-raciais na UFSC. **Notícias da UFSC**, 29 agosto. 2022. Disponível em: <https://noticias.ufsc.br/2022/08/so-com-a-educacao-a-gente-sabe-que-consegue-ter-melhores-chances-na-vida-os-15-anos-das-cotas-etnico-raciais-na-ufsc>. Acesso em: 28 junho, 2023.

OLIVEIRA, Luís Roberto Cardoso de EXISTE VIOLÊNCIA SEM AGRESSÃO MORAL?* **RBCS** Vol. 23 n.o 67 junho/2008

OYEWÙMÍ, Oyèrónké. Conceituando o gênero: os fundamentos eurocêntricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Pensamento feminista hoje, perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro, Ed. Bazar do Tempo, 2020.

PEIRANO, Mariza. **Artimanhas do acaso**. Anuário Antropológico/89 Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1992.

_____. Etnografia não é método. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 20, n. 42, p. 377-391, jul./dez. 2014

PROFESSORA da Udesc é processada por ministrar curso sobre feminismo. **Vermelho**. 30 de março, 2017. Santa Catarina. Disponível em: <https://vermelho.org.br/2017/03/30/professora-da-udesc-e-processada-por-ministrar-curso-sobre-feminismo/>. Acesso em 9 de julho, 2023.

RESULTADO da eleição para presidente em Santa Catarina no 2º turno, **Gazeta do Povo**, 28 de out. 2018. Disponível em: <https://especiais.gazetadopovo.com.br/eleicoes/2018/resultados/santa-catarina-2turno-presidente/>. Acesso em 10 de julho de 2023.

RUFINO, Luiz. *Pedagogia das encruzilhadas*. Mórula editorial, Rio de Janeiro. 2019.

SAIBA como vai funcionar a política de cotas para pessoas trans e travestis na UFSC. **APUFSC Sindical**. 10 de agosto, 2023. UFSC. Disponível em: <https://www.apufsc.org.br/2023/08/10/saiba-como-vai-funcionar-a-politica-de-cotas-para-pessoas-trans-e-travestis-na-ufsc>. Acesso em 12 de agosto, 2023.

SANTOS, Katharine N. T, VIEIRA, Neff B. A, SILVA, Janaina G. F, O heteroterrorismo e as dissidências de gênero e sexual no espaço escolar **Cad. Gên. Tecnol.**, Curitiba, v. 14, n. 43, p. 153-168, jan./jun. 2021.

SILVA, T. P. Caso da deputada estadual Ana Caroline Campagnolo com traços do projeto Escola Sem Partido: uma análise à luz da teoria libertária de Paulo Freire. **Revista Diálogo Jurídico**, Fortaleza, v. 18, n. 2, p. 35-45, 2019. Disponível em: <http://dialogojuridico.fbuni.edu.br/index.php/dialogo-juridico/article/view/51/58>. Acesso em 16 de julho de 2023.

UFSC lança campanha antirracista e antinazista e orienta comunidade a denunciar violências. **Notícias da UFSC**, 18 de novembro. 2022. Disponível em: <https://noticias.ufsc.br/2022/11/ufsc-lanca-campanha-antirracista-e-antinazista-e-orienta-comunidade-a-denunciar-violencias/>. Acesso em 28 de julho de 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Serviço Público Federal. Portaria N° 059/CUn, de 13 de agosto de 2015. Dispõe sobre o uso do nome social por pessoas trans para fins de inscrição no concurso de vestibular e nos registros acadêmicos no âmbito da Universidade do Estado de Santa Catarina e dá outras providências. Florianópolis, 2015. Disponível em: https://propg.ufsc.br/files/2010/07/Resolu%C3%A7%C3%A3o-Normativa-59.CUn_2015-13-de-agosto-de-2015-uso-de-nome-social.pdf. Acesso em 8 de agosto, 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Serviço Público Federal. Portaria N° 054, de 8 de dezembro de 2022. Divulga o resultado dos estudantes contemplados pelas vagas para ações afirmativas. Florianópolis, 2022. Disponível em: <https://arquivos.ufsc.br/f/18996f393ebb4d68a8d5/>. Acesso em: 28 junho, 2023.

URIARTE, Urpi Montoya. O que é fazer etnografia para os antropólogos. **Ponto Urbe**, v. 11, p. 1- 13. São Paulo, (NAUUSP), 2012.

VAN VELSEN, J. 2010. “A Análise situacional e o método de estudo de caso detalhado”. In: FELDMAN-BIANCO, Bela (org.). *A Antropologia das sociedades contemporâneas: Métodos*. São Paulo: Editora UNESP, p. 437-468.

VASALLO, Brigitte, *O desafio poliamoroso: por uma nova política dos afetos* (2022) Editora Elefante

VIANA, Thereza Cristina Bertazzo Silveira (coord.), SILVELLO, Bruna Leidens Correa. FRANÇA, George Luiz, et al. **Relações de gênero e diversidade sexual na Educação Básica brasileira: um estudo do estado da arte (2012-2022)**. Florianópolis: CA/UFSC. 2023.

WELTER, Tânia; GROSSI, Miriam Pillar. É possível ensinar gênero na escola? Análise de experiências de formação em gênero, sexualidade e diversidades em Santa Catarina. **Revista Linhas**. Florianópolis, v. 19, n. 39, p. 123-145, jan./abr. 2018.



WOLFF, Cristina Scheibe. SALDANHA, Rafael Araújo. (2015). Gênero, sexo, sexualidades - Categorias do debate contemporâneo. **Retratos Da Escola**, 9(16), 29-46.

ANEXOS

Anexo 1: Outras Comissões do Colégio de Aplicação, junto aos seus objetivos

Nome da Comissão	Objetivos
Comissão Espaço Físico	Realizar o levantamento das necessidades de espaço físico e adequação desses espaços para seus usos nos diferentes setores e segmentos.
Comissão de horário	Elaborar e divulgar o horário das aulas do período regular, junto com outros setores, auxiliar na elaboração e divulgação do horário de Recuperação de Estudos para 2023.
Comissão Permanente do Orçamento participativo	Realizar o levantamento das necessidades dos setores/segmentos para discutir e deliberar sobre as prioridades de acordo com o calendário de compras da UFSC e o orçamento da escola
Comissão Trajetória Escolar	Propor ações que visem reduzir os índices de repetência e evasão escolar
Comissão Currículo	Propor um debate com a comunidade escolar sobre as alterações curriculares propostas pelo MEC e promover as necessárias alterações na organização curricular e na releitura do projeto pedagógico do Colégio de Aplicação visando o planejamento da reorganização dos turnos em 2024.
Comissão Permanente de Formulação, Acompanhamento e Avaliação da Política de Ações Afirmativas da Educação Básica da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)	Atua junto ao NDI e a PROAFE.
Comissão Regimento	Realizar o levantamento das necessidades de alterações e adequações no Regimento vigente
Comissão Regimento Comissão implementação/acompanhamento da nova PPI (Libras)	Acompanhar as alterações realizadas na nova PPI e elaborar a nova proposta para ensino de Libras do Colégio de Aplicação
Comissão de organização de atendimento aos estudantes e famílias	Realizar o levantamento das necessidades de alteração e adequação dos setores e segmentos no que se refere ao atendimento dos estudantes

Anexo 2: Divulgação do Concurso da Logo.



ATENÇÃO ESTUDANTES A PARTIR DOS SEXTOS ANOS!

QUE TAL VOCÊ CRIAR UM LOGO PARA A:

COMISSÃO PERMANENTE DE
DIVERSIDADE E GÊNERO
DO COLÉGIO DE APLICAÇÃO DA UFSC?

QUAL A IMPORTÂNCIA DESTA COMISSÃO?

A Comissão é responsável por implementar uma **POLÍTICA de GARANTIA de DIREITOS, ACOLHIMENTO, PREVENÇÃO e ENFRENTAMENTO às VIOLÊNCIAS** no que diz respeito às **RELAÇÕES de GÊNERO** no CA.

MAS, o que é um Logo?

Logotipos são **IMAGENS, TEXTOS, FORMAS** ou uma combinação dos três que expressam os propósitos de algum grupo, instituição. Por exemplo, a logo da UFSC e do CA!

VENHA PARTICIPAR!

COMO PARTICIPAR?

Para participar você terá que **criar uma logo que tenha relação** com o trabalho desenvolvido pela Comissão. Use da expressão artística que você mais se identifica, pode ser: desenho, arte digital, recorte e colagem, fotografia, entre outras!

ATENÇÃO PARA OS PRAZOS:
De: 02/05 a 31/05- envio ou entrega presencial de sua logo.
Entrega presencial: Entregar na Secretaria Geral do Colégio.
Envio por e-mail: _____

VOTAÇÃO COLETIVA- TODA A COMUNIDADE ESCOLAR PODERÁ PARTICIPAR!

Dias: 07/06- 21/06- 28/06
Das: 14h às 16h, no *hall* do Espaço Estético.
Resultado Final: 03/07 (No Espaço Estético).
Atenção: A sua arte deverá estar identificada com nome, idade e turma.

Anexo 3, 4 e 5: Imagens das obras expostas para o Concurso da Logo. Arquivo pessoal





Anexo 6: Divulgação Roda de Acolhimento da Comissão Permanente de Diversidade e Gênero

